



Marco Bento Miraldo Mingatos Rei

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia

Fevereiro de 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Marco Bento Miraldo Mingatos Rei

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Relatório de Estágio do Mestrado em Economia, apresentado à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Entidade de Acolhimento: Stratbond Consulting, Lda.

Orientador Académico: Prof. Doutor Carlos Manuel Gonçalves Carreira

Supervisor Profissional: Doutor Alberto Mário Brandão Antunes

Coimbra, Fevereiro 2018

Epigrafe

“As empresas preocupam-se demasiado com os custos de fazer alguma coisa. Deveriam preocupar-se mais com o custo de não o fazer.”

Philip Kotler

Agradecimentos

Este relatório representa o culminar de vários anos de estudo. Como tal, foram várias as pessoas que marcaram o meu percurso académico e que me ajudaram ao longo destes anos de aprendizagem. Desta forma, gostaria de prestar o meu reconhecimento e dar um enorme agradecimento a todos aqueles que contribuíram para que, de alguma forma, este caminho se tornasse mais fácil.

À stratteam, toda a equipa da Stratbond Consulting que me ajudou no dia a dia durante o decorrer do meu estágio, mostrando sempre bastante disponibilidade.

Ao meu orientador, professor Doutor Carlos Carreira, pela disponibilidade, pela ajuda e por todo o apoio prestado na realização deste relatório.

Aos meus amigos e colegas da FEUC, a todos eles um grande obrigado por todos os momentos e experiências.

Um grande obrigado ao João Teixeira, João Carlos, Diogo Dinis, Gabriel Serra, Hugo Carmelo e Luís Matoso por estarem presentes desde o início, pelo companheirismo, pelas noites de estudo, pelos apontamentos e o mais importante, por me terem ajudado e acompanhado até à reta final.

Às amigas que levo de Coimbra para a vida: Vanessa e Sara, obrigado pelos conselhos, pelas longas conversas, pelo apoio incondicional em todos os momentos, bons ou maus.

A todos os meus amigos de Aveiro, por me apoiarem incondicionalmente mesmo perante a minha ausência.

A toda a minha família, mas em especial aos meus pais e aos meus irmãos, Paulo e Sara, são um pilar na minha vida. Obrigado por todo o carinho e apoio que me deram, foram vocês que tornaram tudo isto possível.

Um especial obrigado ao meu falecido avô Fernando Rei por todos os ensinamentos, pelas histórias, pelas conversas e por me ter ajudado a tornar no homem que sou hoje.

A todos vocês, o meu mais sincero obrigado!

Resumo

O presente relatório surge no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, desenvolvido na empresa Stratbond Consulting Lda.

Foi através das atividades prestadas nesta consultora, que me colocaram em contacto direto com as PME Portuguesas, que surgiu inicialmente a ideia para o tópico deste relatório. O facto das PME serem consideradas a espinha dorsal da economia, conjugado com as catástrofes que devastaram Portugal no ano de 2017, mais concretamente os incêndios florestais, fizeram com que o meu caminho se traçasse nesta rota, de forma a perceber de que modo é que os apoios provenientes do Portugal 2020 poderiam vir a ajudar a revitalizar as empresas afetadas.

Inicialmente, através de uma pesquisa bibliográfica, procurou-se tentar perceber um pouco mais sobre as catástrofes naturais, dando primazia aos incêndios florestais, uma constante no território Português principalmente nos meses de mais calor.

Tentou-se explorar o impacto dos apoios do Portugal 2020 nas empresas portuguesas, mais precisamente o apoio respeitante à reposição da atividade económica nos municípios mais afetados pelo incêndio de 17 de Junho e procurou-se um elo de ligação entre o apoio, a capacidade de reestruturação das empresas e a capacidade para a modernização das mesmas, de forma a tentar perceber a capacidade que tais apoios têm na realidade para a melhoria efetiva destas organizações.

Numa segunda fase, é abordado o estágio curricular realizado, onde foi feita uma descrição da empresa em questão e os seus serviços prestados, os objetivos do estágio e as tarefas realizadas, e por fim, uma análise crítica ao estágio.

Palavras-chave: Pequenas e Médias Empresas (PME); Incêndios; Apoios Comunitários; Portugal 2020.

Abstract

The present report was developed in order to finish my Master's studies in Economics at the Faculty of Economics of the University of Coimbra, conducted in Stratbond Consulting Lda. in Coimbra.

The topic of this report emerged from contacting directly with Portuguese SMEs throughout the activities that this company provided. It is only true that SMEs are considered the backbone of the economy, this combined with the disasters that devastated Portugal in the year of 2017, more precisely forest fires, made the way and helped choosing this theme, the curiosity to better understand how the aid coming from Portugal 2020 could help to revitalize the affected companies.

Initially, a bibliographic research was made, to understand more about natural disasters, their motives and repercussions focusing mainly on forest fires, since they represent the biggest and most common natural disaster in the Portuguese territory especially during hottest months.

In this report, some attempts have been made to explore the impact of Portugal 2020 aid on Portuguese companies more specifically, the aid aimed for the reposition of the economic activity in the counties affected by the fire of 17 of June. The main goal was trying to find a bond between the aid, the ability of companies to restructure themselves and their capacity to regenerate or modernize, and somehow try to understand the actual capacity that such aid has for the effective improvement of these companies.

Secondly, it has been addressed the curricular internship, a description of the company in matter and its services and goals, the objectives of the internship and the performed task. Finally a critical analysis of the whole internship has been made.

Keywords: Small and Medium Enterprises (SMEs); Fires; Community aid; Portugal 2020.

Lista de Siglas e Abreviaturas

PME – Micro, pequenas e médias empresas

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

RNB – Rendimento Nacional Bruto

UE – União Europeia

FSE - Fundo Social Europeu

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

PAC – Política Agrícola Comum

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VN – Volume de negócios

BT – Balanço total

CT – Custo total

Índice de tabelas, figuras e quadros

Índice de Quadros

Quadro 1: Definição de PME.....	2
Quadro 2: Número de ocorrências e área ardida em Portugal Continental, por ano, entre 1 de Janeiro e 31 de Outubro.....	9
Quadro 3: Despesas Elegíveis vs Despesas não Elegíveis.....	17
Quadro 4: Estimativa dos custos resultantes dos danos incorridos em consequência direta do desastre natural.....	19
Quadro 5: N° empresas por sector de atividade.....	(Anexo)
Quadro 6: Volume de negócios das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica, 2015.....	(Anexo)
Quadro 7: N° total de empresas.....	23
Quadro 8: N° de empresas por dimensão.....	23
Quadro 9: Pessoas ao serviço das empresas: Total e por dimensão.....	23
Quadro 10: População ativa: Total.....	24
Quadro 11: Volume de negócios por dimensão.....	24
Quadro 12: Valor acrescentado Bruto das empresas: Total e por dimensão.....	25
Quadro 13: Formação Bruta do Capital Fixo nas empresas não financeiras: Total e por dimensão.....	25
Quadro 14: Pequenas e médias empresas; total e por dimensão.....	26
Quadro 15: Pessoal ao serviço das pequenas e médias empresas.....	26
Quadro 16: Valor acrescentado bruto nas pequenas e médias empresas: total e por dimensão.....	27
Quadro 17: Principais indicadores económicos das empresas não financeiras, 2015..	27

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Quadro 18: Empresas não financeiras e o seu número de trabalhadores em % do total de empresas não financeiras: por sector de atividade económica.....	28
Quadro 19: Projetos aprovados.....(Anexos)	
Quadro 20: Projetos aprovados por município.....	30
Quadro 21: Projetos aprovados por sector.....	31

Índice de Figuras

Figura 1: Distribuição das áreas ardidadas em Portugal em 2017, reportada a 31 de outubro.....	10
Figura 2: Empresas não financeiras com pessoal ao serviço em % do total de empresas não financeiras por sector de atividade económica.....	29

Índice

1 – Introdução.....	1
2 - Revisão da Literatura.....	4
2.1 - As catástrofes Naturais.....	4
2.2 - Recuperação das PME.....	6
2.3 – Incêndios.....	7
2.3.1 - Incêndio de 17 de Junho	10
3 – Apoios do Portugal 2020.....	12
3.1 - Importância dos Fundos comunitários no Investimento.....	15
3.2 - Reposição da atividade empresarial atingida pelos incêndios com início no passado dia 17 de junho de 2017.....	16
4 – Caracterização Económica.....	21
4.1 - Enquadramento Regional.....	21
4.2 – Projetos aprovados.....	29
4.3 – Reposição ou Modernização?.....	31
5 - Estágio Curricular.....	34
5.1 - Entidade de acolhimento.....	34
5.2 – Serviços prestados pela Stratbond Consulting.....	35
5.3 - Objetivos do Estágio e tarefas realizadas.....	38
5.4 – Análise Crítica ao estágio.....	40
6 – Conclusão.....	42

Bibliografia

Anexos

Simbologia

1 -Introdução

O estágio curricular é sem dúvida uma verdadeira oportunidade para pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo deste percurso académico e uma forma de aproximar os estudantes ao mercado de trabalho. Como tal, foi sempre minha intenção a realização deste estágio para conclusão do meu percurso académico do segundo ciclo de estudos em Economia.

O presente relatório é o resultado do estágio curricular realizado na Stratbond Consulting Lda., uma microempresa sediada em Coimbra, cuja atividade é justamente a consultoria de gestão com foco na estratégia empresarial e que decorreu de 4 de Setembro de 2017 a 14 de Dezembro de 2017.

O contacto com as empresas durante a realização do estágio, traçou a minha linha de pensamento e explicitou a forma de como a crise económica dos últimos anos tem afetado muitas micro, pequenas e médias empresas (doravante PME) Portuguesas. Durante este período, ao trabalhar em candidaturas provenientes do acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia (Portugal 2020), no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover em Portugal, entre 2014 e 2020, tive a oportunidade de vivenciar a importância que estes apoios podem ter na vida de uma PME por se tratarem de uma excelente forma de financiamento para as empresas em questão. Estes apoios apresentam-se também muitas das vezes como a única alternativa possível para ajudar a contornar as dificuldades com que muitas empresas se deparam. Este aspeto tornou-se claro e bastante evidente após a devastação causada pelos incêndios florestais que ocorreram neste ano a 17 de Junho e posteriormente no de dia 15 de Outubro.

Antes de mais, convém esclarecer a importância que as PME têm, tanto na economia portuguesa como europeia.

As PME desempenham um papel central na economia europeia. Constituem uma importante fonte de competências empresariais, inovação e emprego. Na EU 25, cerca de 23 milhões de PME asseguram aproximadamente 75 milhões de empregos e representam aproximadamente 99% do total de empresas.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

A relevância deste tipo de empresas tem vindo a crescer e a ganhar peso nas economias. Por um lado, as características das pequenas e médias empresas situam esse tipo de organizações no primeiro plano do desenvolvimento económico, por outro, as orientações que definem a nova configuração da economia mundial são favoráveis à expansão e desenvolvimento do sector de pequeno e médio porte.

A palavra PME entrou, de alguns anos para cá, na ordem do dia, tornando-se difícil de passar despercebida no vocabulário dos Portugueses. Mas o que são PME? Os principais fatores que determinam se uma empresa é uma PME são: o número de efetivos e o volume de negócios ou o balanço total. De acordo com a definição do Decreto - Lei n.º 372/2007 e a Recomendação n.º 20 03/361/CE de 20 de maio de 2003, PME inclui micro, pequenas e médias empresas. Para que uma empresa seja considerada PME tem que cumprir com duas condições cumulativas: ter menos de 250 trabalhadores e apresentar um Volume de Negócios inferior ou igual a 50 milhões de euros ou um Balanço Total não superior a 43 milhões de euros. Nestes mesmos documentos são também definidas as condições para distinção entre micro, pequenas e médias.

Quadro 1: Definição de PME

Tipo de Empresa	Nº de Efetivos	Volume de Negócios (VN)	Balanço Total
Micro	< 10	≤ 2 milhões de euros	≤ 43 milhões d
Pequenas	< 50	≤ 10 milhões de euros	≤ 10 milhões d
Médias	< 250	≤ 50 milhões de euros	≤ 2 milhões de

Fonte: Elaboração própria

É necessário ter em conta um critério fundamental, nomeadamente a forma e a modalidade de distribuição dos bens no interior da empresa (critério de independência em relação às grandes empresas). Ou seja, é necessário que a participação de uma grande empresa na propriedade de uma micro, pequena ou média empresa não seja superior a 25% do seu capital social. Este critério permite diferenciar as empresas que são realmente PMEs daquelas que representam partes de grandes empresas. Estes limiares referem-se a empresas autónomas.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Neste contexto, por se tratar de um tema bastante atual com diversas implicações socio económicas e com um vasto espaço para novos estudos microeconómicos na área em questão, aleada ao facto de no decorrer deste semestre me encontrar num estágio curricular na empresa Stratbond Consulting Lda, que me proporciona uma visão privilegiada em torno dos apoios comunitários, que decidi optar por tentar mostrar, através de uma análise conceptual, o impacto que as ajudas comunitárias podem ter na revitalização das PME afetadas pelo incêndio de 17 de Junho e se, de alguma forma, será possível ajudá-las a adquirir uma melhor eficiência, a melhorar efetivamente o seu rendimento enquanto organização e se tais apoios podem ser utilizados como uma ferramenta para a modernização e adoção de um posicionamento estratégico mais eficiente e competitivo.

Para tal, a metodologia da pesquisa baseia-se em três princípios fundamentais: identificar a literatura especializada, selecioná-la, demonstrar e sintetizar dados. A literatura especializada assenta numa série de pesquisas, principalmente conceituais, estudos nacionais e internacionais que mostram uma orientação teórica fundamental sobre os impactos económicos de catástrofes naturais e dos apoios e financiamentos usados para os superar.

Este estudo procura portanto, de uma forma geral, mostrar uma análise conceptual do impacto que as ajudas comunitárias podem ter na revitalização das zonas afetadas, as principais características dos apoios, o papel primordial que desempenham na economia, os principais obstáculos que enfrentam, de que forma podem ajudar as empresas a retomar a sua produtividade anterior e se, de alguma forma, será possível ajudá-las a adquirir uma maior eficiência, a melhorar efetivamente o seu rendimento e se tais apoios podem ser utilizados como uma ferramenta para a modernização e adoção de um posicionamento estratégico mais eficiente e competitivo.

2 - Revisão da literatura

2.1 - Catástrofes Naturais

As catástrofes naturais podem surgir de várias formas e nos momentos mais inesperados, podendo deixar um rasto de devastação no seu percurso, afetando comunidades e economias locais. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2007) acredita que a frequência de desastres naturais provavelmente aumentará como consequência do aquecimento global. Alguns autores argumentam que a tendência do incremento destas catástrofes resulta apenas do facto da existência de um maior número de relatórios mais detalhados e completos relativos a estes acontecimentos, outros dizem que qualquer efeito das mudanças climáticas nas tendências futuras é incerto. Mas há poucas dúvidas no que diz respeito ao impacto que as catástrofes naturais podem ter na população afetada e no panorama económico e social de toda a região. Uma das consequências mais prováveis é a interrupção dos negócios locais atingidos. A interrupção da atividade económica em empresas que não são geridas de maneira eficiente pode culminar em elevados custos associados a um impacto financeiro devastador. A interrupção das relações entre empresas, nas redes de fornecimento, nas perdas de receitas, nas oportunidades de venda perdidas, articuladas com uma resposta inadequada, podem ferir seriamente a imagem pública da empresa, confiança dos seus clientes e investidores e enfraquecer as suas vantagens competitivas. Revitalizar a empresa torna-se imperativo, não só para as empresas afetadas, mas também para toda a comunidade da região.

No que toca à recuperação do ciclo de desastres, a nossa compreensão permanece limitada (Chang 2010; Jordan and Javernick-Will 2013; Olshansky 2005; Smith and Wenger 2007). Não há um quadro comum para medir a recuperação após desastres, e para que os modelos existentes possam ser testados, é necessária a existência de indicadores quantitativos, estabelecer as políticas e obter uma imagem realista sobre o que se pode esperar após os desastres (Chang 2010). As bases para uma boa recuperação podem ser definidas antes que uma catástrofe aconteça visto que vários fatores (financeiros, sociais, humanos, de conhecimento, etc.) existentes naquele momento podem influenciar a vulnerabilidade e a resiliência de todas as entidades que possam vir a ser afetadas.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Na verdade, existe um crescente número de estudos que discutem precisamente a recuperação organizacional após catástrofes. McAlister (2011), ao trabalhar com a polícia de Merseyside Inglaterra, desenvolveu um modelo cíclico de quatro fases: informação, impacto, opções e ações, para fornecer uma estrutura para melhor gerir a interrupção económica de forma coordenada. Lindstedt (2012), formulou um modelo conceptual para avaliar o valor dos fatores que afetam as ações tomadas para resolver as ruturas. Embora estes estudos indiquem que, no processo de resolução da interrupção da continuidade dos negócios, a gestão das resoluções implementadas vão de acordo com as informações que lhes são apresentadas (McAlister 2011) e o valor das mesmas (Lindstedt, 2012), existem ainda poucas orientações relativas a previsões do desempenho organizacional após a tentativa de reabilitação das empresas.

O processo de recuperação após catástrofes naturais correlaciona-se com uma parceria complexa de longo-prazo entre indivíduos, empresas e instituições públicas que ocorrem num contexto que pode ser desconhecido para alguns dos intervenientes (Sullivan, 2003). Para se entender melhor a recuperação das pequenas empresas, os investigadores não devem olhar apenas para os sistemas internos de recuperação dos negócios afetados, mas também para os sistemas sobrepostos de recuperação social e comunitária.

Quarantelli (1999) sugere que a recuperação é um momento ou estado quando a situação pós-desastre atinge um nível de aceitabilidade que pode ou não ser igual à situação do pré-desastre. Por outro lado, FEMA – Federal Emergency Management Agency, a agência federal de gestão de emergências dos Estados Unidos da América cujo objetivo principal é coordenar as respostas a desastres que ocorram no país e que superem os recursos das autoridades locais e do estado, define a recuperação como o retorno de todos os sistemas a um estado considerado normal, tanto quanto o possível (FEMA 2000). Torna-se claro que a recuperação de áreas afetadas por catástrofes naturais é um processo que envolve a interligação entre os indivíduos e diversas instituições e o facto de que diversos fatores podem variar com o tempo ou com a diversificação das circunstâncias que a própria catástrofe acarreta, sejam elas em termos geográficos, sociais, ambientais ou económicos. O que não se apresenta tão especificado é a maneira de como essa recuperação pode ser apresentada e essa falta de clareza acentua-se pelo facto do processo não ser necessariamente organizado (Chang 2010; Jordan and Javernick-Will

2013; Smith and Wenger 2007; Sullivan 2003), mas sim por se tratar de um processo multidimensional, complexo e não-linear, que tem mais a ver com a reconstrução de vidas do que prédios (Jordan and Javernick-Will 2013; Olshansky 2005; Smith and Wenger 2007). Uma boa recuperação requer a interação e uma tomada de decisão entre vários grupos de pessoas e instituições e as famílias e empresas afetadas (Mileti 1999).

Apesar das PME serem a espinha dorsal da economia, ainda existem poucos investigadores que tentaram desenvolver uma abordagem que apresente uma estrutura para entender o processo de recuperação destas empresas quando afetadas por catástrofes naturais (Maria I. Marshall and Holly L. Schrank 2014). Na verdade, conceitualmente, a partilha do conhecimento de que a recuperação das comunidades afetadas por choques exógenos como os desastres, demora o seu tempo (De Silva et al. 2006; Rose et al. 1997; Rose and Lim 2002; Thompson 2009) e pode variar com as infraestruturas e a resiliência empresarial (Schiller 2011). Na verdade, a grande maioria dos investigadores de ciências sociais que estudaram os impactos de desastres naturais, frequentemente concentraram-se nos impactos macroeconómicos e não têm as PME como objeto de análise (Tierney 2007; Webb et al.2000). Portanto, entender quais são os fatores que contribuem mais para a recuperação e/ou desaparecimento de empresas - especificamente PME - depois de desastres naturais devastarem uma certa região são necessários para ajudar a preencher as principais lacunas no conhecimento dos empresários, académicos e profissionais de modo a aumentar a probabilidade de sobrevivência das PME que enfrentam choques exógenos como um desastre natural (Maria I. Marshall, Holly L. Schrank 2014). Na verdade, Ewing et al. (2007) determinou que os fatores para uma boa recuperação e resiliência ainda não foram explicitamente determinados.

2.2 - Recuperação das PME

Como se sabe, o investimento é uma condição essencial para o crescimento económico e para o crescimento da produtividade. É através deste que as empresas conseguem tornar-se mais competitivas no mercado em que atuam.

As PME muitas das vezes confrontam-se com problemas no que toca ao acesso a financiamento, sendo que para reduzirem os seus riscos, as entidades bancárias muitas das vezes restringem o crédito concedido e exigem garantias suplementares às quais muitas empresas não têm condições para prestar.

No que toca á reabilitação de um negócio aquando a sua destruição parcial ou total, são vários os problemas que se colocam. O acesso a crédito é restringido e de difícil acesso e por vezes as PME vêm-se forçadas a cessar atividade.

Vários investigadores já indicaram que a recuperação de um negócio é um processo (Alesch et al. 2001; Brown et al. 2008). Depois de uma catástrofe, as empresas têm de enfrentar um estado contínuo de recuperação, que eventualmente chegará ao fim (Brown et al. 2008). Karatani and Hayashi (2007) mostraram que é importante e imperativo conduzir uma análise de recuperação com dados do pré e pós-catástrofe. De facto, o estado operacional da empresa no pré-desastre, fornece uma base de linha de dados que podem ser utilizados para avaliar a forma de como a recuperação pode ser medida. Portanto, qualquer modelo de recuperação de empresas tem de ter o seu início no pré-desastre de forma a permitir os investigadores a examinarem os processos que estão intrínsecos a estas operações ao longo do tempo.

Infelizmente no decorrer deste trabalho não me será possível estudar e avaliar todas a nuances inerentes às PME afetadas pelo incêndio devastador de 17 de Junho. Tanto a análise do pré como o pós-catástrofe serão de difícil comparação devido à falta de informação. Procurarei no entanto, mostrar mais à frente como seria possível, utilizando os apoios provenientes do Portugal 2020 reabilitar as empresas afetadas e reestruturá-las de forma a que se tornem mais competitivas no mercado envolvente.

2.3 – Incêndios

Os incêndios florestais afetam os ecossistemas e as comunidades humanas, com consequências negativas ambientais e socioeconómicas, como a desertificação, a erosão do solo, a falta de abastecimento de água, a destruição de casas e atividades económicas. Os incêndios florestais são atualmente a principal perturbação florestal e estão entre as maiores preocupações ambientais em Portugal. Os incêndios florestais são a maior ameaça que as florestas do sul da Europa enfrentam, e o problema pode escalar com as mudanças climáticas e a persistência nas alterações no uso do solo que reforçam a inflamabilidade ao nível de paisagem (Moreira et al, 2011; Fernandes, 2013).

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

O fogo é um elemento presente nas paisagens dos países do Sul da Europa, que condiciona o desenvolvimento ou regressão dos ecossistemas florestais (Alves et al., 2006). Na verdade, a ameaça que é representada essencialmente pelos grandes incêndios de impacto significativo, não é de todo uma novidade contemporânea, por exemplo Goes (1977) menciona vários grandes incêndios na década de 1960, incluindo um mega incêndio no sul de Portugal, com " milhares de hectares " e um comprimento de 40 quilómetros. As mudanças socioeconómicas em curso nos países do Sul da Europa, na segunda metade do século XX, refletiram-se no uso tradicional da terra e estilo de vida das populações e traduziram-se no aumento de grandes áreas de terras agrícolas abandonadas, muitas das quais se tornaram paisagens propensas à ocorrência de incêndios de grande intensidade, devido aos elevados níveis de biomassa acumulados ao longo dos anos e prontos para alimentar fogos catastróficos durante o Verão (Flora F. Leite, António B. Gonçalves, Luciano L. 2012). Com os grandes incêndios a aumentar em frequência e extensão, tomando por vezes, dimensões catastróficas, perdeu-se o seu importante papel de renovadores dos ecossistemas (Noss et al., 2006).

Durante o período de 1 de janeiro a 31 de outubro de 2017, a base de dados nacional de incêndios florestais (Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais – SGIF) registou, um total de 16.981 ocorrências (3.653 incêndios florestais e 13.328 fogachos) que resultaram em 442.418 hectares de área ardida de espaços florestais, entre povoamentos (264.951ha) e matos (177.467ha). Ao compararem-se os valores obtidos em 2017 com a história dos incêndios correspondentes a 10 anos anteriores, observou-se que apesar de se terem registado menos 3,6% de ocorrências, a percentagem de área ardida relativamente à média anual do período analisado foi 428% maior como se pode verificar no quadro 2. O ano de 2017 apresentava, até ao dia 31 de outubro, o 6.º valor mais elevado em número de ocorrências e o valor mais elevado de área ardida, desde 2007. Até 31 de outubro de 2017 há registo de 1.446 reacendimentos, menos 8% do que a média anual do período 2007-2016.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Quadro 2: Número de ocorrências e área ardida em Portugal Continental, por ano, entre 1 de Janeiro e 31 de Outubro

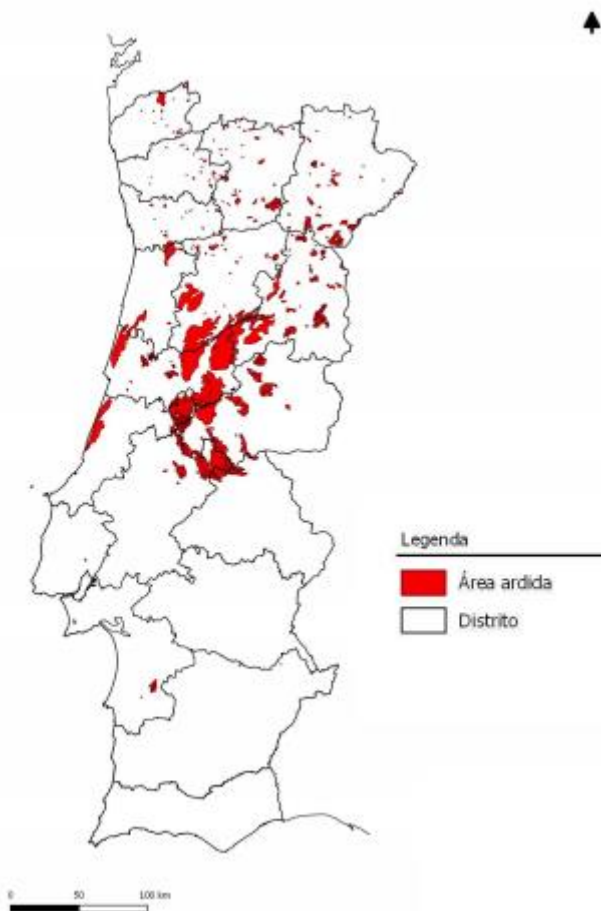
Anos	Ocorrências (nº)			Reacendimentos (nº)	Área ardida (ha)		
	Fogachos (área <1ha)	Incêndios florestais	Total		Povoamentos	Matos	Total
2007	12.204	2.286	14.490	315	7.658	15.140	22.798
2008	11.564	2.391	13.955	288	5.335	11.116	16.452
2009	20.172	5.828	26.000	1.244	24.092	63.216	87.307
2010	17.924	3.942	21.866	2.687	46.064	86.924	132.988
2011	19.953	5.008	24.961	3.693	20.028	53.687	73.714
2012	16.694	4.418	21.112	1.977	48.063	62.155	110.218
2013	14.859	3.536	18.395	2.355	54.922	94.816	149.737
2014	5.947	1.066	7.013	305	8.726	11.193	19.919
2015	12.217	3.276	15.493	1.496	23.685	40.524	64.209
2016	10.089	2.693	12.782	1.328	77.442	83.016	160.458
2017¹	13.328	3.653	16.981	1.446	264.951	177.467	442.418
Média 2007-2016	14.162	3.444	17.607	1.569	31.601	52.179	83.780

Fonte: 10.º Relatório provisório de incêndios florestais – 2017 01 de Janeiro a 31 de Outubro

Portugal regista em 2017 a maior área ardida da última década – mais de 400 mil hectares entre 1 de Janeiro e 31 de Outubro, segundo um relatório do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A figura 1 apresenta as áreas ardidas, atualizadas à data de 31 de outubro, cartografadas em imagens do satélite pelo Sistema Europeu de Informação de Incêndios Florestais do Centro de Investigação Comum da Comissão Europeia (EFFIS-JRC/CE) conjugada com informação cartográfica obtida por satélite.

Figura 1 – Distribuição das áreas ardidas em Portugal em 2017, reportada a 31 de outubro.



Fonte: EFFIS – JRC/CE e Imagens de satélite Sentinel e Landsat

2.3.1 - Incêndio 17 de Junho

De 17 de Junho a 24 do mesmo mês de 2017, registaram-se um total de 28 incêndios em 11 concelhos de Portugal Continental.

Ficará para sempre marcado na história do povo Português como um dos períodos mais negros e tristes de sempre. O incêndio florestal de Pedrógão Grande, distrito de Leiria, alastrou-se aos concelhos vizinhos: Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere. Atingiu o concelho da Sertã (distrito de Castelo Branco) e o distrito de Pampilhosa da Serra (concelho de Coimbra). Ao mesmo tempo deflagrara um outro incêndio, também ele de grandes proporções que afetou diretamente o concelho de Góis (distrito de Coimbra), alastrando-se depois para Pampilhosa da Serra e Arganil. A 20 de

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Junho de 2017 duas frentes de cada incêndio unem-se no concelho de Góis, unindo os incêndios e aumentando a área ardida. A catástrofe culminou no maior incêndio florestal até à data registado em Portugal, o mais mortífero na história do país e o 11.º mais mortífero a nível mundial desde 1900.

O incêndio de Pedrógão Grande provocou a morte de 64 pessoas e deixou mais de 200 pessoas feridas. O fogo continuou ao longo de vários dias, onde a contabilização dos estragos seguia a par do combate às chamas. Foram registadas cerca de 490 casas de habitação parcial ou totalmente destruídas pelo fogo. Foram também afetadas 48 empresas com 372 postos de trabalho e a estimativa provisória do montante total de prejuízos ascendeu os 500 milhões de euros. Quase meia centena de unidades industriais de diversos setores foram atingidas, perdendo-se equipamento e infraestruturas diversas. As destruições de património e de bens patrimoniais foram importantes. Das cerca de 490 habitações, um terço eram primeiras habitações. As restantes eram segundas habitações ou mesmo casa devolutas (Relatório da Comissão Técnica Independente).

3 - Apoios do Portugal 2020

Portugal 2020 consiste num acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020 (Portugal 2020).

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER – Foi criado em 1975 com o objetivo de financiar e ajudar estruturalmente, através de programas de desenvolvimento regional orientados para regiões menos desenvolvidas, atuando em função de uma estratégia global integrada com os restantes fundos estruturais.

Visa apoiar:

- Infraestruturas de base;
- Transportes, comunicações, energia, ambiente e renovação urbana;
- Infraestruturas sociais nos domínios da educação, integração social, saúde e cultura;
- Modernização das atividades económicas, através de infraestruturas e de sistemas de incentivos ao sector empresarial sobretudo pequenas e médias empresas;
- Ações de investigação e de desenvolvimento científico e tecnológico.

Fundo de Coesão - O Fundo de Coesão destina-se aos Estados-Membros cujo Rendimento Nacional Bruto (RNB) por habitante seja inferior a 90 % da média da UE. Visa reduzir as disparidades económicas e sociais e promover o desenvolvimento sustentável.

O Fundo de coesão apoia:

- Redes transeuropeias de transportes, nomeadamente projetos prioritários de interesse europeu identificados pela UE.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

- Projetos relacionados com a energia ou os transportes, desde que beneficiem claramente o ambiente em termos de eficiência energética, utilização de energias renováveis, desenvolvimento dos transportes ferroviários, apoio à intermodalidade, reforço dos transportes públicos, etc.

Fundo Social Europeu – FSE - Investe em pessoas, com ênfase na melhoria das oportunidades ao nível do emprego e do ensino na União Europeia. Visa melhorar a situação das pessoas mais vulneráveis em risco de pobreza.

Procura:

- Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral;
- Promover a inclusão social e combater a pobreza;
- Investir na educação, nas qualificações e na aprendizagem ao longo da vida;
- Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública.

Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER - O FEADER constitui o principal instrumento de financiamento para a implementação 2º Pilar da Política Agrícola Comum da UE. Frequentemente designada «segundo pilar» da política agrícola comum (PAC), a política de desenvolvimento rural completa o sistema de pagamentos diretos aos agricultores e as medidas de gestão dos mercados agrícolas (o chamado «primeiro pilar»).

As prioridades deste fundo centram-se em:

- Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais;
- Reforçar a viabilidade e a competitividade de todos os tipos de agricultura e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas;
- Promover a organização de cadeias alimentares, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura;
- Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas relacionados com a agricultura e as florestas;

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

- Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal;
- Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais.

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas – FEAMP - O fundo é utilizado para cofinanciar projetos, complementando o financiamento nacional nestas áreas estratégicas ligadas a atividades marítimas.

Procura:

- O incentivo à pesca e à aquacultura sustentáveis;
- O melhoramento da recolha de dados científicos, do controlo e da fiscalização das pescas;
- O apoio à criação e à diversificação de emprego nas comunidades pesqueiras;
- A promoção da aplicação da Política Marítima Integrada.

Até 2020, está previsto que Portugal receba cerca de 25 mil milhões de euros através destes fundos cujas prioridades de intervenção serão a programação e implementação em quatro domínios temáticos: - Competitividade e Internacionalização; - Inclusão Social e Emprego; - Capital Humano; - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

Fazendo uma rápida consulta no site do Portugal 2020, podemos rapidamente ver que o programa consiste na satisfação de 6 principais objetivos, sendo eles:

- Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia;
- Reforço do investimento na educação e formação;
- Reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social;
- Reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono;
- Reforço da capacidade de gerar valor acrescentado pelo setor agroflorestal;

→ Apoio ao Programa da reforma do Estado.

3.1 - Importância dos Fundos comunitários no Investimento

Os fundos comunitários têm tido um crescente papel na ajuda à obtenção de financiamento para investimento de empresas no território nacional. Até finais de 2016, já tinham sido aprovados cerca de 10,6 mil milhões de euros em apoios de fundos comunitários, que contribuirão para a realização de investimentos cujo orçamento ronda os 16,7 mil milhões de euros (Pedro Bação, Carlos Carreira, João Cerejeira, Gilberto Loureiro, António Martins e Miguel Portela 2017).

Os fundos que suportam o quadro do Portugal 2020, podem ter um papel importantíssimo no alívio das restrições financeiras das PME, financiando a criação de empresas e suportando o crescimento das já existente através de incentivos à internacionalização e ao aumento da produtividade (CE, 1999). Devido à dificuldade de acesso ao financiamento por parte deste tipo de empresas, para muitas delas, este tipo de financiamento apresenta-se como sendo a única forma disponível.

Na verdade, até 31 de Março de 2017, eram cerca de 14 mil os beneficiários aos programas do Portugal 2020 que, como já referido anteriormente representavam um investimento de cerca de 10 mil milhões de euros. No entanto, nem todas as empresas e nem todos os projetos são aprovados.

No que diz respeito às taxas de aprovação dos projetos, é de salvar que em média apenas 3 em cada 10 são aprovados. Gestores dos processos de acesso admitem que a taxa de sucesso é reduzida, apesar de estar dentro da média da UE. O problema reside, na sua grande maioria, na falta de dedicação dos próprios empresários no momento da entrega das candidaturas. As falhas de informação no que respeita às opções de financiamento, as condições de participação e informações relativas às instituições que possam vir a apoiar as empresas e os seus projetos durante a fase de candidatura, assim como os custos respeitantes ao tempo e pessoal requeridos, encontram-se também como sendo parte do problema na reduzida taxa de aprovação (Polt, Fisher e Vonortas, 2009). Também é importante salientar que todos estes programas não são financiados por um poço de dinheiro sem fim, sendo que cada programa tem a sua limitação orçamental, fazendo com que apenas os melhores projetos que satisfaçam as condições de candidatura sejam aprovados com o financiamento garantido.

3.2 - Reposição da atividade empresarial atingida pelos incêndios com início no passado dia 17 de junho de 2017

A par dos eventos catastróficos que tiveram início a 17 de Junho de 2017, foi apresentada uma proposta de reprogramação do Programa Operacional Regional do Centro (PO Centro) à Comissão Europeia para inclusão, a título excepcional, do apoio ao restabelecimento da capacidade produtiva das PME que registaram danos materiais naqueles concelhos, na sequência dos referidos incêndios.

A 24 de Junho de 2017 foi divulgada a abertura ao concurso para apresentação de candidaturas, N.º CENTRO - 53 - 2017 – 47, prioridade de investimento 3.3 que se destinava à reposição da atividade empresarial atingida pelos incêndios com início no passado dia 17 de junho de 2017, que afetaram os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã na Região Centro.

O Aviso tinha como objetivo financiar a reposição da atividade económica das empresas diretamente afetadas pelos incêndios com início no dia 17 de junho de 2017 nos concelhos mencionados e seriam suscetíveis a os projetos destinados a repor, total ou parcialmente, a capacidade produtiva afetada pelos incêndios.

Os beneficiários deste apoio são as PME segundo a Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão, de 6 de maio, relativa à definição de micro, pequena e média empresa, de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, que se proponham desenvolver projetos que satisfaçam os objetivos e prioridades definidos no programa e que cumpram com os critérios de acesso, elegibilidade e de seleção, sendo que também teriam de estar inseridos numa das áreas geográficas afetadas, apesar de serem elegíveis todos os projetos inseridos em todas as atividades económicas, excluindo os projetos do sector da produção agrícola primária.

Pode-se dizer que as condições de acesso a este programa eram relativamente fáceis, sendo que o processo de formulação de candidatura fora elaborado de forma simples e o mais intuitiva possível para facilitar as candidaturas ao programa e tentar minimizar os danos causados o mais rapidamente possível. Todo o processo de candidatura era feito através da plataforma do site do Balcão 2020 e salvaguardando

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

alguns casos de maior dimensão, cujos danos e/ou descrição dos processos teriam de ser muito elaborados, qualquer empresa afetada poderia candidatar-se ao apoio sem grandes problemas no que toca à formulação da candidatura em si.

Quadro 3: Despesas Elegíveis vs Despesas não Elegíveis

<i>Despesas Elegíveis</i>	<i>Despesas não Elegíveis</i>
<ul style="list-style-type: none">➤ Custos de aquisição de máquinas, equipamentos, respetiva instalação e transporte, ou a sua reparação desde que tenha efeitos no prolongamento da sua vida útil, destinados a repor a capacidade produtiva afetada pelos incêndios;➤ Custos de aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o software necessário ao seu funcionamento; software standard ou desenvolvido especificamente para a atividade da empresa;➤ Material circulante diretamente relacionado com o exercício da atividade e desde que demonstrado ser imprescindível à reposição da capacidade produtiva;➤ Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e projetos de arquitetura e de engenharia essenciais ao projeto, prestados por consultores externos;	<ul style="list-style-type: none">➤ Compra de imóveis, incluindo terrenos;➤ Trespasse e direitos de utilização de espaços;➤ Aquisição de bens em estado de uso;➤ Fundo de maneiço;➤ Juros durante o período de realização do investimento;➤ Trabalhos da empresa para ela própria;➤ Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção, incluindo stocks;➤ Imposto sobre o valor acrescentado recuperável, ainda que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário;➤ Despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante cofinanciado ou das despesas elegíveis do projeto;

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

- | | |
|--|--|
| <p>➤ Obras de construção, remodelação ou adaptação das instalações, indispensáveis à reposição da capacidade produtiva, desde que contratadas a terceiros não relacionados com o adquirente beneficiário dos apoios.</p> | <p>➤ Custos referentes a atividades relacionadas com a exportação, nomeadamente os diretamente associados às quantidades exportadas, à criação ou funcionamento de redes de distribuição no exterior ou a outros custos correntes ligados à atividade de exportação.</p> |
|--|--|

Fonte: Apoio para a reposição da atividade empresarial atingida pelos incêndios com início no passado dia 17 de junho de 2017

As despesas elegíveis identificadas pelas empresas seriam financiadas a uma taxa de 85% pelo FEDER e a forma de apoio revestiria a natureza de subvenção não reembolsável.

No que toca aos montantes de incentivos a atribuir, ao valor dos prejuízos seria deduzido o valor das indemnizações dos seguros ou de outras doações ou compensações recebidas para cobrir total ou parcialmente os danos causados pelo incêndio. Para os incentivos inferiores a 200.000€ eram atribuídos em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo aos auxílios de minimis. Para o valor dos incentivos apurados que excedessem o montante de 200.000 €, não se poderia ultrapassar os custos resultantes dos danos incorridos em consequência direta do desastre natural, calculados de acordo com a metodologia definida no Quadro 4, em conformidade com o artigo 50.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, da Comissão, de 16 de junho.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Quadro 4: Estimativa dos custos resultantes dos danos incorridos em consequência direta do desastre natural:

Rubricas		Valor em Euros
1. Danos materiais ¹ em ativos afetados ²	$1 = (1.1) + (1.2) + (1.3)$	
1.1. Edifícios		
1.2. Máquinas/Equipamentos		
1.3. Existências		
2. Perda de Rendimento por suspensão de atividade ³		
3. Danos Totais/Limite do incentivo a conceder	$3 = 1 + 2$	

Fonte: Reposição da atividade empresarial atingida pelos incêndios com início no passado dia 17 de junho de 2017, que afetaram os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertão na Região Centro

- (1) Custos avaliados por um perito independente constante da lista publicada pela CCDR Centro ou reconhecido por uma empresa de seguros.
- (2) O cálculo dos danos materiais deve basear-se no custo de reparação ou no valor económico do ativo afetado antes do incêndio, não devendo exceder o custo da reparação ou a diferença entre o valor do bem antes e depois da ocorrência.
- (3) A perda de rendimento tem como referência a suspensão total ou parcial da atividade por um período não superior a seis meses a contar da ocorrência. Deve ser calculada comparando os dados financeiros (resultados antes de juros e impostos (EBIT), amortizações, e mão de obra) relativos aos seis meses após a ocorrência com a média dos três anos escolhidos entre os cinco anos que precederam a ocorrência do desastre, excluindo o melhor e o pior resultado financeiro e calculada para o mesmo período de seis meses do ano.

Cada entidade promotora apenas poderia apresentar uma candidatura ao abrigo do presente Aviso de Abertura de Concurso e é de salvaguardar que para as mesmas despesas elegíveis os incentivos concedidos ao abrigo do presente sistema de incentivos não eram acumuláveis com outros apoios públicos.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

No que toca às candidaturas aceites e ao pagamento dos beneficiários, poderia existir:

a) Adiantamento inicial – com a celebração do termo de aceitação poderá ser concedido um adiantamento no montante equivalente a 25% do incentivo aprovado, até ao limite de 500.000 €;

b) Adiantamento contra fatura – pagamento do incentivo contra a apresentação de despesas de investimento elegíveis faturadas e não liquidadas, ficando o beneficiário obrigado a apresentar, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de pagamento do adiantamento, os comprovativos do pagamento integral da correspondente despesa;

c) Reembolso – de montante correspondente ao financiamento das despesas elegíveis realizadas e pagas pelo beneficiário; A soma de todos os pagamentos não pode ultrapassar 95% do incentivo aprovado ou apurado em função do grau de execução do projeto;

d) Saldo – o reembolso do saldo final que vier a ser apurado.

Posto isto e prosseguindo a orientação para resultados desejados, o principal objeto de contratualização deste apoio seria o contributo para dois indicadores:

→ Indicadores de Resultados - Volume de Negócios (VN) (€)

→ Indicadores de Realização - Emprego em empresas apoiadas (ETI);
Investimento de recuperação da capacidade produtiva (€).

Assim, este apoio converte-se na aquisição de equipamentos e/ou realização de obras (entre outras) que permitam à empresa essa referida recuperação com apoios de 85% sobre o investimento a realizar.

4 - Caracterização Económica

4.1 - Enquadramento Regional

Como já foi mencionado, o programa aberto pelo Portugal 2020 respeitante à reposição da atividade económica afetada pelos incêndios, compreendia na sua formulação a inclusão de 7 municípios da zona centro. Destes municípios, 3 deles pertenciam à região de Leiria (Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande), outros 3 à região de Coimbra (Góis, Pampilhosa da Serra e Penela) e apenas o concelho da Sertã ao médio Tejo (NUTS III).

A atividade económica inclui a agricultura, a indústria transformadora, a construção e obras públicas, o comércio e outros ramos de atividade em que se podem agrupar quem produz o mesmo tipo de bens e de serviços. Geralmente, pode-se agrupar as atividades económicas em três grandes sectores:

- 1 - Primário: agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral;
2. Secundário, incluindo indústria transformadora e construção
3. Terciário, incluindo os serviços, tais como comércio, transportes, administração pública, educação ou saúde.

Uma atividade resulta de uma combinação de recursos, como equipamentos, mão-de-obra, técnicas de fabricação, redes de informação e produtos, que conduzem à criação de bens ou de serviços determinados. Qualquer atividade caracteriza-se por uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de produção e uma saída de produtos. (metainformação – Sistema Europeu de Contas).

No que toca às empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica, é possível ver em anexo no quadro 5 que em Portugal, em 2015 na região de Leiria existiam cerca de 34.310 empresas sendo que 275 destas empresas (0,8%) se situavam em Castanheira de Pera, 604 (1,76%) em Figueiró dos Vinhos e 399 (1,16%) em Pedrógão Grande. No que diz respeito à região de Coimbra, no ano de 2015 existiam cerca de 51.539 empresas. Destas, 406 (0,79%) situavam-se no município de Góis, 271 (0,52%) em Pampilhosa da Serra e 633 (1,23%) no município de Penela. Por fim no

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Médio Tejo, à data de recolha de dados existiam cerca de 22.739 empresas sendo que 1.523 (6,7%) se situavam no município da Sertã.

Em Castanheira de Pera, pode-se verificar que das 275 empresas, o grupo com mais significância no que toca ao sector de atividade económica é o Comércio por Grosso e a Retalho com 84 empresas. Este dado verifica-se não só neste município, mas também no de Figueiró dos Vinhos com 166 empresas neste sector, em Pedrógão Grande com 93 empresas, e também nos municípios respeitantes à região de Coimbra, Góis, Pampilhosa da Serra e Penela com 84, 54 e 135 empresas neste ramo, respetivamente. Também no município da Sertã que é neste sector económico que se encontram o maior número de empresas, 338.

No que toca ao volume de negócios das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica, através do quadro 6, em anexo, é possível verificar que apesar do sector do comércio por grosso e a retalho ser o que possui maior número de empresas nestes municípios, em valores absolutos, o volume de negócios é maior noutros sectores de atividade em alguns deles, nomeadamente em Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Penela, onde a maior fatia do volume de negócios se situa no sector da Indústria transformadora com valores que rondam os 9.440.000€, 27.656.000€ e 49.958.00€ respetivamente. Pampilhosa da Serra vê no sector ligado à eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, o seu valor mais significativo no que diz respeito ao volume de negócios, com cerca de 47.381.000€. Por fim, é nos municípios de Figueiró dos Vinhos, Góis e Sertã que o volume de negócios se traduz em maiores valores no sector do comércio por grosso e a retalho, com valores que se aproximam a 26.786.000€, 13.551.000€ e 114.045.000€ nos respetivos municípios. É importante também salientar que apesar destes valores terem sido os mais expressivos em 2015, nestas regiões, Góis por exemplo contou com cerca de 12.895.000 no sector da construção e Sertã, também com números relevantes de 77.403.000€ no sector das Indústrias transformadoras.

O forte peso das PME na economia nacional é acompanhado de uma significativa contribuição destas empresas para o PIB. De acordo com os dados fornecidos pelo PORDATA, em 2015 existiam cerca de 1.180.331 PMEs, o equivalente a 99,9% do conjunto de empresas em Portugal, como se pode verificar no quadro 7 e 8.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Quadro 7: N.º total de empresas

Anos	Empresas
2000	621 173
2001	593 574
2002	645 198
2003	668 849
2004	⊥ 1 115 456
2005	1 151 610
2006	1 172 219
2007	1 234 633
2008	⊥ 1 261 452
2009	1 223 578
2010	1 168 265
2011	1 136 256
2012	1 086 915
2013	1 119 447
2014	1 147 154
2015	1 181 406

Quadro 8: n.º de empresas por dimensão

Anos	Dimensão		
	Total	PME	Grandes
2004	1 115 456	1 114 354	1 102
2005	1 151 610	1 150 515	1 095
2006	1 172 219	1 171 093	1 126
2007	1 234 633	1 233 432	1 201
2008	⊥ 1 261 452	⊥ 1 260 302	⊥ 1 150
2009	1 223 578	1 222 488	1 090
2010	1 168 265	1 167 168	1 097
2011	1 136 256	1 135 153	1 103
2012	1 086 915	1 085 894	1 021
2013	1 119 447	1 118 427	1 020
2014	1 147 154	1 146 119	1 035
2015	1 181 406	1 180 331	1 075

Fonte: PORDATA

Fonte: PORDATA

No mesmo ano, empregavam cerca de 78,8% de trabalhadores relativamente ao emprego total de todas as empresas (cerca de 2 897 135 empregos), expresso no quadro 9 e 55% da população ativa Portuguesa como se pode verificar no quadro 10.

Quadro 9 : Pessoas ao serviço das empresas: Total e por dimensão

Anos	Dimensão		
	Total	PME	Grandes
2004	3 782 612	3 045 194	737 418
2005	3 845 990	3 104 494	741 496
2006	3 932 480	3 153 281	779 199
2007	4 088 863	3 258 223	830 640
2008	⊥ 4 074 417	⊥ 3 291 889	⊥ 782 528
2009	3 946 237	3 176 056	770 181
2010	3 844 036	3 069 196	774 840
2011	3 741 633	2 976 970	764 663
2012	3 511 719	2 791 760	719 959
2013	3 480 731	2 758 702	722 029
2014	3 548 584	2 805 998	742 586
2015	3 676 464	2 897 135	779 329

Fonte: PORDATA

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Quadro 10: População ativa: Total

Anos	Total
2004	5 421,4
2005	5 461,4
2006	5 499,6
2007	5 533,1
2008	5 534,6
2009	5 486,1
2010	5 489,7
2011	⊥ 5 428,3
2012	5 382,6
2013	5 284,6
2014	5 225,6
2015	5 195,2
2016	5 178,3

Fonte: PORDATA

Estas empresas correspondiam a 56% do volume total de negócios (montante obtido por uma empresa com a venda de bens e a prestação de serviços, excluindo impostos) como se verifica no quadro 11, criaram riqueza correspondente a 57 % do total do valor acrescentado bruto, valores expressos no quadro 12, 62,6 % da formação bruta de capital fixo como se vê através do quadro 13 e tinham uma taxa de investimento que rondava os 15%, percentagens elevadas se tivermos em consideração que as PME são, por definição, pequenas empresas com menos de 250 trabalhadores e com um volume de negócios menor ou igual a 50 milhões de euros.

Quadro 11: Volume de negócios por dimensão

Anos	Dimensão		
	Total	PME	Grandes
2004	338 265,8	203 395,7	134 870,1
2005	353 329,0	208 335,6	144 993,4
2006	372 785,7	216 428,3	156 357,4
2007	406 279,1	228 367,6	177 911,5
2008	⊥ 420 292,3	⊥ 232 695,7	⊥ 187 596,6
2009	379 755,4	216 219,5	163 536,0
2010	394 594,4	219 744,0	174 850,4
2011	384 459,8	208 317,3	176 142,5
2012	360 601,6	191 973,4	168 628,2
2013	353 904,4	190 187,0	163 717,4
2014	355 141,8	194 811,6	160 330,2
2015	359 503,8	201 761,5	157 742,3

Fonte: PORDATA

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Quadro 12: Valor acrescentado Bruto das empresas: Total e por dimensão

Anos	Dimensão		
	Total	PME	Grandes
2004	85 621,9	50 494,7	35 127,2
2005	87 928,2	52 401,0	35 527,2
2006	92 144,4	54 708,7	37 435,6
2007	99 829,2	58 630,8	41 198,4
2008	⊥ 102 621,0	⊥ 60 471,4	⊥ 42 149,6
2009	97 972,5	57 957,3	40 015,1
2010	97 439,3	56 853,9	40 585,4
2011	91 659,6	52 814,3	38 845,3
2012	85 021,5	47 345,7	37 675,8
2013	82 536,7	48 183,3	34 353,4
2014	85 777,0	49 450,6	36 326,4
2015	91 378,4	52 423,5	38 955,0

Fonte: PORDATA

Quadro 13: Formação Bruta do Capital Fixo nas empresas não financeiras: Total e por dimensão

Anos	Dimensão		
	Total	PME	Grandes
2004	16 660,8	11 081,0	5 579,8
2005	18 680,2	12 636,9	6 043,3
2006	19 809,9	14 116,7	5 693,2
2007	22 891,6	15 708,5	7 183,1
2008	⊥ 24 491,7	⊥ 15 504,0	⊥ 8 987,7
2009	20 720,7	13 880,1	6 840,6
2010	18 340,5	11 782,9	6 557,5
2011	15 769,9	9 480,3	6 289,6
2012	10 716,0	6 254,4	4 461,7
2013	11 585,1	6 851,7	4 733,4
2014	12 852,2	7 969,9	4 882,4
2015	14 702,1	9 205,8	5 496,2

Fonte: PORDATA

A um nível mais fino, em 2015, existiam cerca de 1.136.865 microempresas, correspondiam a 96,2 % do total de empresas em Portugal, cerca de a 45,7 % do pessoal empregado e a 19,6% do VAB, enquanto as pequenas empresas, correspondiam a 3,1% do total de empresas, a 18,6 % do pessoal empregado e a 18,0 % do VAB, enquanto que, finalmente, as médias empresas, correspondiam a cerca de 0,5 % do número de empresas (5.951), a 14,4 % do pessoal empregado e a 19,5 % do VAB. As empresas de pequena dimensão foram as que registaram o maior acréscimo em termos de número de unidades

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

(+4,5%), enquanto as microempresas foram as que evidenciaram o maior incremento no VAB (+7,6%). Estes dados são sustentados a partir dos quadros 14, 15 e 16.

Quadro 14: Pequenas e médias empresas; total e por dimensão

Anos	PME			
	Total	Micros	Pequenas	Médias
2004	1 114 354	1 064 115	43 806	6 433
2005	1 150 515	1 099 975	44 149	6 391
2006	1 171 093	1 119 032	45 513	6 548
2007	1 233 432	1 180 255	46 398	6 779
2008	⊥ 1 260 302	⊥ 1 207 098	⊥ 46 383	⊥ 6 821
2009	1 222 488	1 171 689	44 253	6 546
2010	1 167 168	1 117 787	42 968	6 413
2011	1 135 153	1 088 145	40 815	6 193
2012	1 085 894	1 043 003	37 118	5 773
2013	1 118 427	1 077 294	35 446	5 687
2014	1 146 119	1 104 490	35 870	5 759
2015	1 180 331	1 136 865	37 515	5 951

Fonte: PORDATA

Quadro 15: Pessoal ao serviço das pequenas e médias empresas

Anos	PME			
	Total	Micros	Pequenas	Médias
2004	3 045 194	1 675 780	801 363	568 051
2005	3 104 494	1 736 224	802 230	566 040
2006	3 153 281	1 745 474	827 554	580 253
2007	3 258 223	1 816 254	841 593	600 376
2008	⊥ 3 291 889	⊥ 1 846 263	⊥ 842 130	⊥ 603 496
2009	3 176 056	1 796 950	802 304	576 802
2010	3 069 196	1 731 624	778 116	559 456
2011	2 976 970	1 690 400	743 629	542 941
2012	2 791 760	1 605 077	678 276	508 407
2013	2 758 702	1 613 327	646 510	498 865
2014	2 805 998	1 640 265	655 303	510 430
2015	2 897 135	1 682 942	684 687	529 506

Fonte: PORDATA

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Quadro 16: Valor acrescentado bruto nas pequenas e médias empresas: total e por dimensão

Anos	PME			
	Total	Micros	Pequenas	Médias
2004	50 494,7	18 714,8	15 885,6	15 894,4
2005	52 401,0	19 774,8	16 538,6	16 087,6
2006	54 708,7	20 092,5	17 456,8	17 159,5
2007	58 630,8	21 228,3	18 879,1	18 523,4
2008	⊥ 60 471,4	⊥ 21 797,7	⊥ 19 612,8	⊥ 19 060,9
2009	57 957,3	21 410,7	18 319,3	18 227,3
2010	56 853,9	20 310,9	17 958,8	18 584,1
2011	52 814,3	18 137,6	17 260,3	17 416,4
2012	47 345,7	16 038,3	14 919,8	16 387,5
2013	48 183,3	15 869,3	15 767,2	16 546,8
2014	49 450,6	16 714,7	15 694,0	17 041,9
2015	52 423,5	17 996,7	16 529,0	17 897,8

Fonte: PORDATA

Através do quadro 17, podemos verificar que em 2015, a proporção de sociedades não financeiras com resultados líquidos negativos diminuiu. Os principais indicadores de desempenho económico das sociedades não financeiras registaram na sua grande maioria evoluções positivas, dando-se destaque às PME, que apresentaram taxas de crescimento na ordem dos 3,9% no volume de negócios, de 6,1% no VAB e de 9,8% no EBE. Nas grandes empresas observaram-se também evoluções positivas, mas não tão significativas: 1,2%, 5,8% e 4,7%, respetivamente.

Quadro 17: Principais indicadores económicos das empresas não financeiras, 2015

	Volume de negócios		Valor acrescentado		Taxa de valor acrescentado		Excedente bruto de exploração		Resultado líquido		Rendibilidade das vendas	
	2015	Var. 14-15	2015	Var. 14-15	2015	Var. 14-15	2015	Var. 14-15	2015	Var. 14-15	2015	Var. 14-15
	10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	%	p.p.	10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	%	p.p.
Total das sociedades não financeiras	317 227	2,7	74 504	6,0	35,5	1,2	28 877	7,3	13 362	243,4	4,2	3,0
<i>Dimensão</i>												
PME	184 323	3,9	44 706	6,1	37,1	0,6	14 818	9,8	6 528	482,7	3,5	2,9
Grandes	132 903	1,2	29 798	5,8	33,3	2,0	14 060	4,7	6 833	146,6	5,1	3,0
<i>Sector de atividade</i>												
Agricultura e pescas	4 459	9,1	1 007	19,4	25,5	2,2	530	22,2	104	242,6	2,3	1,6
Indústria	82 214	1,9	19 331	10,1	24,8	1,9	8 070	19,2	4 667	117,9	5,7	3,0
Energia e água	24 387	-1,7	5 562	-5,6	40,2	1,5	4 518	-7,9	2 505	-1,5	10,3	0,0
Construção e atividades imobiliárias	21 842	2,8	6 530	4,2	32,8	0,0	1 861	11,4	14	104,7	0,1	1,5
Comércio	118 213	3,8	14 762	6,4	49,8	0,8	4 901	11,6	1 847	31,8	1,6	0,3
Transportes e armazenagem	17 685	-0,7	6 340	4,5	35,3	1,5	2 674	2,2	937	62,0	5,3	2,1
Alojamento e restauração	8 632	10,4	3 127	14,5	39,6	1,2	694	42,8	- 61	86,7	-0,7	5,1
Informação e comunicação	11 328	0,5	4 994	2,7	45,8	0,9	2 325	-3,2	- 146	93,3	-1,3	18,1
Outros serviços	28 468	5,0	12 850	5,1	46,1	0,2	3 305	2,0	3 495	2435,0	12,3	11,8

Fonte: INE

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

O peso do valor acrescentado bruto no valor de cada unidade produzida para o total das sociedades, foi de 35,5%, setores do Comércio (49,8%), Outros serviços (46,1%) e Informação e comunicação (45,8%). O valor mínimo deste rácio foi registado na Indústria (24,8%).

O sector outros serviços e energia e água apresentaram-se com uma taxa de rentabilidade de vendas de 12,3%, e o segundo, com um rácio de 10,3%, ainda que se tenha mantido ao nível do ano anterior. No que toca à capacidade para realizar resultados a partir do volume de negócios nos restantes sectores podemos concluir que houve também um aumento.

Apesar de não ser possível através do Quadro 18, que diz respeito às empresas não financeiras com menos de 10, empresas com 10 a 249 e empresas com mais de 250 pessoas ao serviço em % do total de empresas não financeiras: por sector de atividade económica, declarar se estas são micro, pequenas ou grandes empresas (visto não termos conhecimento nem do VN, nem do BT), podemos partir do pressuposto que na sua grande maioria estas empresas pertencentes aos municípios em análise serão microempresas.

Quadro 18: Empresas não financeiras e o seu número de trabalhadores em % do total de empresas não financeiras: por sector de atividade económica

Âmbito Geográfico	territórios	Empresas não financeiras com menos de 10 pessoas ao serviço em % do total de empresas não financeiras: por sector de actividade económica	Empresas não financeiras com 10 a 249 pessoas ao serviço em % do total de empresas não financeiras: por sector de actividade económica	Empresas não financeiras com 250 e mais pessoas ao serviço em % do total de empresas não financeiras: por sector de actividade económica
Município	Góis	98,0	2,0	0,0
Município	Pampilhosa da Serra	98,5	1,5	0,0
Município	Penela	96,5	3,5	0,0
Município	Castanheira de Pera	97,1	2,9	0,0
Município	Figueiró dos Vinhos	98,3	1,7	0,0
Município	Pedrógão Grande	98,2	1,8	0,0
Município	Sertã	96,2	3,8	0,0

Fonte: PORDATA

Na realidade, como se pode ver na figura 2, nestes municípios, em 2015 não existiam grandes empresas, empresas com mais de 250 trabalhadores. A maior percentagem de empresas eram empresas não financeiras com menos de 10 pessoas ao serviço em % do total de empresas não financeiras: por sector de atividade económica, 98% em Góis, 98,5% em Pampilhosa da Serra, 96,5% em Penela, 97,1% em Castanheira de Pera, 98,3% em Figueiró dos Vinhos, 98,2% em Pedrógão Grande e 96,2% na Sertã.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

No que toca às empresas não financeiras com 10 a 249 pessoas ao serviço em % do total de empresas não financeiras: por sector de atividade económica, estas representavam 2% do número total de empresas em Góis, 1,5% em Pampilhosa da Serra, 3,5% em Penela, 2,9% em Castanheira de Pera, 1,7 em Figueiró dos Vinhos, 1,8% em Pedrógão Grande e 3,8% na Sertã.

Figura 2: Empresas não financeiras com pessoal ao serviço em % do total de empresas não financeiras por sector de atividade económica



Fonte: PORDATA

Podemos assim de certa forma concluir que na sua grande maioria as empresas situadas nestes municípios serão micro ou pequenas empresas, com um número relativamente reduzido de pessoal ao serviço.

4.2 - Projetos Aprovados

No período de realização deste relatório, já tinham sido aprovados 27 projetos respeitantes ao programa da reposição da atividade empresarial atingida pelos incêndios com início no dia 17 de junho de 2017. Estes dados podem ser consultados através do quadro 19 (em anexo).

Apesar da catastrófica destruição causada por este incêndio, a verdade é que numa perspetiva empresarial o nível de destruição não teve proporções tão elevadas em

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

comparação por exemplo com o incêndio de Outubro do mesmo ano. Não obstante, os danos causados nestas empresas foram significativos, sendo que no que respeita ao Custo Total, das 27 empresas com projetos aprovados, apenas 3 apresentavam um CT inferior a 10 000€, 16 com CT compreendido entre os 10 000€ e os 100 000€, 5 com custos entre os 100 000€ e 1 000 000€ e 3 empresas cujos custos ascendiam 1 000 000€.

No que respeita ao apoio efetivamente aprovado pelo programa os valores variam entre os 1020,14€ respeitantes a uma empresa cuja atividade se centra na instalação de climatização e 1 633 654,79€ respeitantes a uma empresa ligada à serração de madeira.

No total, os custos totais aprovados eram de 7 840 349,86€ e o montante de apoios aprovados nestes municípios foram de 5 642 248,43€.

Foi nos concelhos mais afetados que este apoio foi utilizado. Como se pode verificar no quadro 20, 13 dos projetos registaram-se em Pedrógão Grande, onde o custo total aprovado foi de 2 954 091,21 € que corresponde a 37,7% do total do custo aprovado. No mesmo município, o montante de apoios aprovados foi de 1 888 944,85 €, aproximadamente 33,5% do montante total aprovado pelo programa. No município de Figueiró dos Vinhos, foram 8 as empresas a usufruir do apoio, sendo que os custos totais aprovados neste concelho foram de 905 789,63 €, 11,54% relativamente ao custo total dos apoios aprovados. No que toca aos apoios propriamente ditos, para esta região do país foram 760 759,73 €, 13,5% do montante total. Na região de Castanheira de Pera, apesar de terem sido aprovados os apoios a um número de empresas relativamente menor (em comparação com os outros concelhos) apenas 6 empresas viram o programa ser aprovado, contabilizam nas suas contas os números mais significativos. No que toca ao custo total aprovado, neste município o montante foi de 3 980 469,02 €, 50,76% do custo total e relativamente ao apoio efetivamente aprovado 2 992 543,84 €, 53% do montante total de apoios aprovados.

Quadro 20: Projetos aprovados por município

	Pedrógão Grande	Figueiró dos Vinhos	Castanheira de Pera	Total
nº de empresas	13	8	6	27
Custo total aprovado	2 954 091,21 €	905 789,63 €	3 980 469,02 €	7 840 349,86 €
Apoio Aprovado	1 888 944,85 €	760 759,73 €	2 992 543,84 €	5 642 248,43 €

Fonte: Elaboração própria

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

No que toca ao programa e às diversas atividades económicas, através do quadro 21, podemos ver que das 27 empresas que viram os seus projetos serem aprovados, 6 delas situavam-se no sector da indústria transformadora e arrecadaram apoios no valor de 3 984 200,61 €, outras 6 empresas pertenciam ao sector do comércio por grosso e a retalho, com apoios aprovados de 402 029,65 €. O sector das atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas teve 4 empresas com apoios aprovados e o valor dos apoios neste sector foi de 191 362,36 €. Os sectores da construção, transporte e armazenamento e o sector de atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares tiveram cada um 3 empresas com apoios aprovados nos valores de 74 192,30 €, 58 110,99 € e 658 977,29 € respetivamente. Por fim, os sectores de atividades imobiliárias e de outras atividades de serviços tiveram apenas 1 empresa cada um com os montantes de 150 993,87 € e 122 381,37 € respetivamente de apoios aprovados.

Quadro 21: Projetos aprovados por sector

	Indústrias transformadoras	Construção	Comércio por grosso e a retalho (...)	Transporte e armazenagem	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços	Total
Empresas	6	3	6	3	1	3	4	1	27
Montante	3 984 200,61 €	74 192,30 €	402 029,65 €	58 110,99 €	150 993,87 €	658 977,29 €	191 362,36 €	122 381,37 €	5 642 248,44 €

Fonte: Elaboração Própria

Podemos verificar que foi no sector da indústria transformadora, com 6 empresas onde se direcionaram a maioria dos fundos comunitários.

4.3 – Reposição ou Modernização?

No decorrer da realização deste relatório procurei correlacionar a forma de como este apoio relativo à reposição da atividade económica das empresas afetadas pelo incêndio poderia vir a ajudar as empresas não só a adquirir ou reconstruir os materiais ou infraestruturas danificadas, total ou parcialmente destruídas, mas se também seria possível utilizar este apoio como uma ferramenta de modernização.

O apoio permite às empresas não só adquirir ou reconstruir material parcial ou totalmente destruído, mas também adquirir equipamentos informáticos, incluindo software, estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing, projetos de arquitetura e de engenharia que poderiam ser essenciais para a reposição da capacidade produtiva.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Quer isto dizer que se uma empresa por ventura perdera uma máquina, cujo custo total estivesse efetivamente assinalado e comprovado, iria a empresa utilizar o apoio para adquirir uma máquina igual ou utilizaria a ajuda comparticipada de 85% para adquirir uma máquina mais moderna, mais eficiente, topo de gama? Iria a empresa ao invés de tentar repor o que perdeu, ver num investimento num novo tipo de material, em serviços, estudos, planos de marketing ou estratégicos a solução para repor a sua capacidade produtiva? A verdade é que estas opções eram possíveis através do apoio.

A pesar de neste relatório não ter feito um estudo no que diz respeito á estabilidade económica e financeira das empresas antes da catástrofe, nem o poderei fazer no pós-catástrofe de forma a ver efetivamente se as ajudas provenientes do Portugal 2020 se traduziram em melhorias efetivas para as empresas, procurei contactar as empresas cujos projetos foram aprovados e fiz-lhes duas questões para me ajudar a perceber onde efetivamente é que as empresas estavam a utilizar os apoios. As questões que lhes coloquei foram as seguintes:

1 – O apoio utilizado pela empresa procurou adquirir/reconstruir material que havia sido parcial ou totalmente danificado, ou se de alguma forma, procurou utilizar o apoio para modernizar a empresa (numa máquina mais eficiente, na melhoria de alguma instalação etc.)?

2 – O apoio utilizado pela empresa foi utilizado na aquisição de algum tipo de serviço externo (estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing, projetos de arquitetura)?

Das 27 empresas apoiadas, 9 delas não possuíam contacto online sendo que não me foi possível contactá-las. Das 18 empresas restante, 3 delas não responderam após serem contactadas, outras 3 não quiseram responder a nenhuma das questões e por fim, 12 empresas atenderam e responderam ás duas perguntas.

No final de contas, das 12 empresas inquiridas, nenhuma utilizou o apoio para adquirir material ou reconstruir alguma instalação com vista à modernização da empresa. A verdade é que salvando o caso de uma empresa que ao invés de estar a reconstruir um telhado em madeira o estava a reconstruir num outro material mais resistente a incêndios, todas as empresas procuraram apenas reconstruir, ou adquirir, o que havia sido destruído pelas chamas.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Também a resposta à segunda pergunta foi negativa por parte de todas as empresas inquiridas. Nenhuma empresa utilizou o apoio para adquirir estudos, diagnósticos de mercado, auditorias, planos de marketing ou novos projetos. Na realidade, algumas das pessoas inquiridas para além de não saberem o que era um plano estratégico ou de marketing, não sabiam que era possível a sua aquisição, tendo utilizado o total do apoio aprovado apenas e exclusivamente para repor o que foi danificado.

5 - Estágio Curricular

Para a conclusão do Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, os alunos podem optar por uma de três formas aprovadas pela faculdade. Existe a hipótese investigacional, onde os alunos se propõem a elaborar uma dissertação, ou a via profissional, que engloba a elaboração de um trabalho de projeto ou, em alternativa, a realização de um estágio curricular.

O estágio curricular, opção pela qual optei, consiste na realização de um estágio numa entidade de acolhimento que se disponibiliza a fornecer um período de formação ao estudante. Este período de 560 horas no decorrer do semestre, tem como objetivo permitir que o estagiário desempenhe um conjunto de funções que fomentem o seu desenvolvimento profissional e que ao mesmo tempo, beneficiem da mesma forma a entidade acolhedora. Desta forma, o estagiário tem a oportunidade de aplicar todos os conhecimentos adquiridos no decorrer do seu percurso académico no mercado profissional e ao mesmo tempo, adquirir novos conhecimentos e competências que o ajudaram na sua entrada no mercado do trabalho.

A realização do meu estágio ocorreu entre o dia 4 de Setembro de 2017 e tinha a data prevista de conclusão a 14 de Dezembro de 2017. Foi realizado na Stratbond Consulting LDA, empresa que irei apresentar de seguida.

5.1 - Entidade de acolhimento

A Stratbond Consulting é uma microempresa fundada em 2011 (começando a desempenhar oficialmente funções em 2014). Criada por dois empresários, cumpre a sua atividade na área de consultadoria de gestão, dando primazia à estratégia empresarial.

O nome stratbond junta duas palavras, strat (strategy – estratégia) e bond (elo/ligação) e tem como visão, como se pode consultar no site oficial da empresa:

“... através da estratégia, contribuir para transformar a gestão organizacional em algo sublime, gratificante e eticamente responsável.”

Procura desenvolver com os seus clientes um elo de ligação que fomente a dinâmica da gestão empresarial, ajudando os mesmos a encontrar novas soluções de negócio procurando sempre melhorias e novas soluções estratégicas.

A atividade da empresa é transmitida através da sua missão: “Prestamos serviços de elevada qualidade no âmbito da Estratégia Empresarial. Propomo-nos analisar, desenhar e implementar, em conjunto com os nossos clientes, as melhores e mais inovadoras soluções estratégicas para os seus negócios ou empresas, pondo ao seu dispor profissionais de qualificação superior, orientados para a obtenção de resultados de excelência.”(Stratbond Consulting, 2016).

No seu quadro de recursos humanos, a stratbond era constituída á data do meu estágio por 4 elementos onde acresciam 2 estagiários (eu e um colega que se encontrava na mesma situação, também ele a terminar o seu mestrado em economia).

As tarefas administrativas eram desempenhadas por uma experiente colaboradora licenciada em Relações internacionais. A parte comercial era atribuída a um mestre de economia. Uma mestre em arquitetura estava encarregue principalmente do serviço mais recente da empresa, o StratBIM e por fim, o sócio-gerente que desempenhava funções nas diversas áreas, dando apoio e coordenando todos os intervenientes da empresa, trabalhando também de forma contínua na angariação de novos clientes para a empresa.

5.2 - Serviços prestados pela Stratbond Consulting

A Stratbond procura executar as melhores e mais inovadoras estratégias de negócio, colocando ao dispor dos seus clientes um leque de serviços variados e diversificados. O StratProcess, StratBim, StratInternational, StratFamily, o StratHub e o Strat on Demand são os principais serviços oferecidos pela empresa.

StratProcess – É um processo estratégico que analisa o posicionamento atual da empresa face ao mercado e à sua própria realidade, formula o plano de desenvolvimento estratégico para o curto - médio - longo prazo e apoia os gestores a implementar as ações propostas no Plano de Desenvolvimento. É desenvolvido através de 3 fases, Diagnóstico, Formulação e Desenvolvimento e tem como base uma análise profunda dos recursos da empresa, da sua cadeia de valor, do seu enquadramento no mercado e da sua relação com os stakeholders.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

StratBIM – O StratBim é o serviço mais recente da empresa. É um serviço da Stratbond focado na divulgação, formação, implementação e consultoria em BIM - Building Information Modeling.

Este serviço tem como objetivo a gestão integrada da informação associada a um modelo tridimensional paramétrico e surge como uma nova abordagem à indústria da AEC(O)-Architecture, Engineering, Construction and Owners no contexto da emergente 4ª Revolução Industrial. A implementação nas organizações foca-se no:

- Diagnóstico
- Gestão do Processo BIM
- Formação personalizada de equipas
- Projetos Piloto
- Acompanhamento e análise de resultados

StratInternational – É relativo a projetos de empresas em mercados internacionais, uma vez que num contexto de crescente internacionalização da atividade empresarial impõe-se a tomada de decisões estratégicas tendo em conta os novos desafios e tendências do ambiente internacional. Este serviço oferece:

- A elaboração de planos estratégicos de internacionalização;
- Análises de Mercados Internacionais;
- Enquadramento legal e fiscal da empresa; apoio na seleção de parceiros internacionais;
- Representação de Marcas, Produtos e Serviços;
- Inclusão na rede Internacional de Parceiros da Stratbond Consulting.

StratFamily – O StratFamily surge em parte pelo desafio estratégico colocado às empresas familiares que procuram que estas deixem de ser uma empresa de um empresário e da sua família e passem a ser uma empresa de uma família empresária. O StratFamily é um serviço que agrega três fases de execução, permitindo apoiar as empresas familiares na transição da propriedade e da gestão às gerações futuras sem perda

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

de competitividade. Permite igualmente, que empresas detidas por vários sócios (membros ou não da família) encontrem novas fórmulas de governo que assegurem a estabilidade institucional, segurança e firmeza na direção que o mercado e os clientes exigem.

StratHub – Num ambiente altamente competitivo, cada vez mais globalizado e exigente, a melhor opção estratégica pode passar pela formação de parcerias. A Stratbond Consulting com este serviço, ajuda os seus clientes a encontrar o parceiro certo para desenvolver a empresa ou o negócio em questão, atuando como uma plataforma de interligação entre empresas e negócios, facilitando o processo de formação e gestão das parcerias.

Strat on Demand – Este serviço prende-se com ferramentas que proporcionem uma superior execução tática e operacional. Com as cadeias de valor e os modelos de negócio a sofrerem mutações profundas estas ferramentas podem tornar-se necessárias e essenciais. Neste serviço destacam-se:

- O plano de Desenvolvimento Estratégico;
- I.O.E. - Eficiência Operacional; Marketing e Comunicação;
- Aquisições, Fusões e Soluções de Financiamento;
- Assessoria Jurídica e Fiscal.

Para além destes serviços, a Stratbond é também uma entidade acreditada pelo Portugal 2020 podendo assim prestar serviços de consultoria no âmbito de serviços de Vales de Inovação, Empreendedorismo e Internacionalização do Programa Portugal 2020.

A Stratbond Consulting está também certificada como entidade formadora nas áreas de gestão e administração de empresas. É certificada pela DGERT e procura contribuir para a formação em áreas estratégicas como a gestão estratégica organizacional, a liderança, a arquitetura e urbanismo e os projetos BIM.

5.3 - Objetivos do Estágio e tarefas realizadas

Como já referi, a realização do estágio curricular constitui uma das vias para a conclusão do mestrado. Para além da finalização do mestrado, pretende-se que o estagiário desenvolva a sua experiência profissional e pessoal ao mesmo tempo que ajude a empresa em questão no decorrer das suas atividades.

Como tarefas previstas no protocolo assinado entre mim, a empresa e a faculdade centrava-se a minha integração nas atividades gerais da empresa e específicas da Stratbond Consulting no âmbito do apoio à consultoria e planeamento estratégico. As funções a desempenhar previstas incluíam apoio administrativo de contabilidade da empresa, gestão do espaço de trabalho e o apoio a projetos de consultoria e planeamento estratégico, tais como a preparação de documentos, relatório e a elaboração de atas e apresentações.

No cronograma de objetivos propostos, a minha estadia na Stratbond estaria dividida em 4 fases:

1ª Fase (2 semanas) → Início do estágio e adaptação à metodologia de trabalho da empresa;

2ª Fase (8 semanas) → Integração nas atividades gerais da empresa;

3ª Fase (7 semanas) → Participação em atividades específicas da empresa, tais como planeamento estratégico, stratcheck, planos de marketing, planos de negócio;

4ª Fase (1 semana) → Conclusão do estágio.

As primeiras 2 semanas de início do estágio foram sem dúvida de adaptação à nova realidade. Desde o início que todos os intervenientes da empresa se mostraram abertos e recetivos ao meu acolhimento, deixando-me à vontade e despertando a minha curiosidade pelas atividades realizadas pela empresa. Comecei inicialmente por ler e estar atento a novos avisos que provinham do Portugal 2020 que poderiam vir a ser uteis para a empresa.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Com o decorrer do tempo, apercebi-me que a empresa se estava a direcionar para um mercado um pouco diferente. Estava a dar primazia às atividades relacionadas com o StratBIM e com as novas possibilidades que o BIM, poderiam trazer.

Apesar de em grande parte o trabalho realizado na altura do meu estágio estar centrado à volta do BIM, existiam outros campos de trabalho no qual eu e o meu colega estagiário nos centrávamos, nomeadamente as candidaturas a programas do Portugal 2020, mais precisamente ao “Vale indústria 4.0”.

O Vale Indústria 4.0 tinha como objetivo promover a definição de uma estratégia tecnológica própria, com vista à melhoria da competitividade das empresas. Centrava-se em medidas de transformação digital através da adoção de novas tecnologias. Desta forma, permitiria às empresas mudanças disruptivas no seu modelo de negócio com acompanhamento de serviços de consultoria que procuravam identificar estratégias conducentes à adoção de tecnologias e processos associados à Indústria 4.0., nomeadamente nas áreas de desenho e implementação de estratégias aplicadas a canais digitais para gestão de mercados, produtos ou segmentos de clientes, otimização de plataformas de Web Content Management (WCM), Campaign Management, Customer Relationship Management e E-Commerce, entre outros (IAPMEI).

Auxiliei a realização de 6 candidaturas de 6 empresas que por motivos de confidencialidade não irei referir o nome no relatório, sendo que o meu trabalho se focava na análise estratégica e nas vantagens competitivas que as empresas poderiam vir a alcançar através das propostas apresentadas, salientando as mais valias e possibilidades que a aceitação destes projetos poderiam vir a trazer às empresas em questão.

Apesar de inicialmente a data prevista para a notificação de decisão final ser no dia 10 de Novembro de 2017, devido ao elevado número de propostas a este programa, não foi possível até à data de realização deste relatório saber o veredicto das propostas por nós apresentada.

A par destas atividades que desempenhei, trabalhava sempre na monitorização de abertura de novos avisos provenientes do Portugal 2020, fazendo uma seleção dos que conseguíamos enquadrar com os serviços intrínsecos à Stratbond, como foi o caso do:

IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas

REPOR - Reposição da Atividade Económica (Fundos Nacionais)

Realizando posteriormente resumos dos mesmo para depois enviar por email a potenciais futuros clientes.

Durante a minha estadia na Stratbond, também realizei uma apresentação para o gerente apresentar a potenciais clientes e bases de dados com possíveis clientes, onde estavam incluídas não só empresas como também câmaras municipais que poderiam vir a utilizar o serviço mais recente da empresa StratBim.

5.4 - Análise Critica ao Estágio

Desde o momento que optei por realizar o Mestrado em Economia que me inclinei para a realização de um estágio curricular ao invés da realização de uma tese. Deste modo, a meu ver, iria entrar em contacto direto com o mundo empresarial e poderia desenvolver competências e capacidades que até agora me faltavam por falta de experiencia.

De um modo geral, posso dizer que a minha passagem na Stratbond foi positiva, foi um momento de grande aprendizagem nas áreas de consultoria estratégica e da experiência profissional. Considero que tenha sido uma grande oportunidade para estar em contacto com a realidade das PME portuguesas.

No decorrer do estágio tive a oportunidade de trabalhar com excelentes profissionais que me integraram e fizeram sentir parte da empresa desde o primeiro dia que lá estive, oferecendo sempre ajuda e pedindo a minha opinião no que dizia respeito a atividades da empresa. Foram os pequenos gestos que me fizeram sentir parte da stratteam e apesar das atividades que desenvolvi não terem sido concretamente o que estava à espera, por me ter centrado um pouco mais na parte comercial da empresa, procurando assiduamente novas formas de angariar clientes, quer através dos novos apoios quer na realização de bases de dados e de textos explicativos às propostas por nós desenvolvidas, penso que foi um grande momento de aprendizagem para a minha formação profissional.

No seio das competências que penso ter desenvolvido mais durante este período estão a relação com os colegas de trabalho, a resolução de problemas, a organização do meu tempo e principalmente o desenvolvimento do meu pensamento critico.

Infelizmente o facto da Stratbond se estar progressivamente a direcionar para as atividades em BIM, mais relacionadas com a arquitetura e construção fez com que a

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

duração do meu estágio se encurtasse sendo que finalizei as minhas atividades concretamente no dia 5 de Dezembro, em parte também por a empresa estar a deslocar a sua sede da Rua Brotero, junto ao Alma Shopping em Coimbra, para o IPARQUE – Business Center Leonardo da Vinci, Parque tecnológico de Coimbra.

6 – Conclusão

Num mundo cada vez mais competitivo e globalizado onde a aprendizagem e a mudança são duas constantes no mercado de trabalho, penso que a minha escolha em seguir pela opção de realização de um estágio curricular para concluir os meus estudos de segundo ciclo e obter o grau de mestre em economia foi a melhor opção que poderia ter tomado. O meu percurso levou-me até à Stratbond Consulting LDA, uma empresa centrada na consultoria e gestão estratégica, que fez com que através do contacto que me proporcionou com a realidade empresarial, o tema do meu relatório se focasse nos apoios do Portugal 2020.

Apesar dos incêndios serem uma presença continua todos os anos nos países do sul da Europa, incluindo Portugal, os incêndios que assombraram o país no ano de 2017 foram sem duvida de proporções catastróficas com consequências graves.

O incêndio de Pedrógão Grande ficará para sempre marcado na memória dos Portugueses como um dos incêndios mais mortíferos cujo nível de destruição alcançou proporções inimagináveis. O nível de destruição desolou o país e afetou aproximadamente meia centena de empresas.

É um facto que as PME são indispensáveis para que se atinja um crescimento económico em qualquer região, estando elas ligadas à criação de emprego e à coesão económica e social. De facto, as pequenas e médias empresas representam grande parte da economia portuguesa não só funcionando como o motor da economia mas também por empregarem grande parte da população.

Muitas destas empresas viram em primeira mão a devastação que o incêndio causou e sem outras alternativas de apoio, tiveram de recorrer às ajudas comunitárias (reposição da atividade empresarial atingida pelos incêndios do dia 17 de Junho) para que se pudessem voltar a erguer das chamas.

Com este trabalho foi-me possível aprofundar alguns pontos relevantes alusivos a este tipo de empresas, explorar tanto o Portugal 2020 como o apoio em concreto.

Inicialmente queria procurar um elo de ligação que me ajudasse a ver de que forma é que este apoio poderia vir a ajudar a repor/revitalizar estas empresas, dando especial atenção à possibilidade de adoção deste tipo de ajudas como uma ferramenta para a

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

modernização e adoção de um posicionamento estratégico mais competitivo. Rapidamente, através da revisão da literatura me apercebi que um estudo desta magnitude não me iria ser possível de fazer na íntegra. Primeiro não consegui fazer um estudo, uma caracterização económica efetiva de todas as empresas afetadas antes do incêndio. Segundo não iria conseguir fazer um estudo das empresas do pós-incêndio.

Apesar de efetivamente ser possível utilizar os apoios para adquirir o material danificado ou totalmente perdido, fazendo a reposição do mesmo, o apoio permitia também ir um pouco mais além. Permitia às empresas, se achassem que era mais favorável, utilizarem os apoios para aquisição de outro tipo de material e até mesmo de serviços, estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing ou projetos de arquitetura e de engenharia que se classificassem como essenciais ao projeto.

Na realidade todas as empresas contactadas e com a disponibilidade para responderem às duas questões colocadas, revelaram que toda a ajuda proveniente do apoio iria ser utilizada para adquirir o material perdido, quer este tenha sido máquinas, telhados, camiões.

Penso que seja necessário e fulcral apoiar desenvolvimento das PME, principalmente se estas tiverem sido afetadas por calamidades externas. É consensual por toda a literatura que as PME são financeiramente restringidas, mas que ao mesmo tempo são o motor da economia. Para que o crescimento e a criação de emprego continuem penso que seja importante este tipo de apoios, não só nos contextos de destruição catastrófica, mas também no habitual dia a dia. Além disso, para revitalizar a economia, Portugal necessita de mais pessoas dispostas a tornarem-se empreendedoras e de promover um ambiente favorável, sendo essencial tomar medidas para resolver as ineficiências do mercado que continuam a persistir e que constituem um obstáculo ao seu potencial de desenvolvimento, limitando o acesso das PME à inovação, às tecnologias de informação e ao financiamento. Penso por isso que seja também importante que os novos empreendedores comecem a olhar para este tipo de apoios como uma forma clara de potenciais melhorias para as suas empresas.

Bibliografia

Alesch DJ, Holly JN, Mittler E, Nagy R (2001) Organizations at risk: what happens when small businesses and not-for-profits encounter natural disasters. Public Entity Risk Institute, Fairfax, VA.

Alves et al., (2006) - Fauna edáfica em diferentes sistemas de cultivo no estado de São Paulo.

Bação P, Carreira C, Cerejeira J, Loureiro G, Martins A, Portela M (2017) Investimento Empresarial e o Crescimento da Economia Portuguesa.

Brown D, Saito K, Spence R, Chenvidyakarn T, Adams B, Mcmillan A, Platt S (2008) Indicators for measuring, monitoring and evaluating post-disaster recovery. In: Sixth international workshop on remote sensing for disaster response, University of Pavia.

Chang SE (2010) Urban disaster recovery: a measurement framework and its applications to the 1995 Kobe earthquake. *Disasters* 34:303-327.

Climate Change 2007 – Impacts, Adaptation and Vulnerability - Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the IPCC

Comissão Técnica Independente (2017) Relatório – Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017.

Decreto - Lei n.º 372/2007 - Diário da República, 1.ª série — N.º 213 — 6 de Novembro de 2007;

De Silva DG, Kruse JB, Wang Y (2006) Catastrophe-induced disruption and reconstruction. *Nat Hazards Rev* 7:19-25.

Ewing B, Kruse J, Sutter D (2007) Symposium: Hurricanes and economic research: an introduction to the Hurricane Katrina. *South Econ J* 74:315-325.

FEMA (Federal Emergency Management Agency) (2000) Hazards, disasters and the US emergency management system: an introduction, Session 6: fundamentals of US emergency management. Washington, DC.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Flora F. Leite, António B. Gonçalves, Luciano L. (2012) Grandes incêndios florestais em Portugal Continental. Da história recente à atualidade

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2017)

Jordan E. Javernick-Will A (2013) Indicators of community recovery: content analysis and Delphi approach.

Karatani Y, Hayashi H (2007) Quantitative evaluation of recovery process in disasters-stricken areas using statistical data. *J Disaster Res* 2:453-464

Lindstedt, D (2012) Measuring preparedness and predicting recoverability.

Maria I. Marshall, Holly L. Schrank (2014) Small business disaster recovery: a research framework, Springer Science + Business Media Dordrecht 2014.

McAlister, J. (2011) The disruption management model, *Journal of business Continuity & Emergency Planning*, Vol. 5, No. 3, pp. 231-236

Mileti DS (1999) Disasters by design: a reassessment of natural hazards in the United States. Joseph Henry Press, Washington. DC.

Olshansky RB (2005) Toward a theory of community recovery from disaster: a review of existing literature. In Paper presented at the first international conference on urban disaster reduction, 18-20 January. Kobe Japan.

Paulo M. Fernandes (2013) Fire-smart management of forest landscapes in the Mediterranean basin under global change

Polt, W., Fisher, R. e Vonortas, N. (2009) The impact of publicly funded research on innovation, CE.

Quarantelli E (1999) The disaster recovery process: what we know and do not know from research. University of Delaware Disaster Research Center, Preliminary Paper #286.

Reed F. Noss, Jerry F. Franklin, William L. Baker, Tania Schoennagel, Peter B. Moyle (2006) Ecology and Management of Fire-prone Forests of the Western United States. Society for Conservation Biology Scientific Panel on Fire in Western U.S. Forests.

Rose A, Lim D (2002) Business interruption losses from natural hazards: conceptual and methodological issues in the case of the Northridge earthquake. *Environ Hazard* 4:1-144.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Rose A, Benavides J, Chang S, Szczesniak P, Lim D (1997) The regional economic impact of an earthquake: direct and indirect effects of electricity lifeline disruption. *J Reg Sci* 37:437-458.

Schiller AR (2011) The impact of a storm surge on business establishments in the Houston MSA. *Nat Hazards* 56:331-346

Smith GP, Wenger D (2007) Sustainable disaster recovery: operationalizing an existing agenda. In: Rodriguez H, Quarentelli EL, Dynes RR (eds) *Handbook of disaster research*. Springer, New York, NY, pp 234-257.

Sullivan M (2003) Integrated recovery management: a new way of looking at delicate process. *Aust J Emerg Manage* 18:4-27.

Thompson MA (2009) Hurricane Katrina and economic loss: an alternative measure of economic activity.

Tierney KJ (2007) Business and disasters: vulnerability, impacts, and recovery. In: Rodriguez H, Quarantelli EL, Dynes RR (eds) *Handbook of disaster research*: Springer, New York, NY, 275-296

Webb GR, Tierney KJ, Dahlhamer JM (2000) Business and disasters: empirical patterns and unanswered questions. *Nat Hazards Rev* 1:83-90.

F. Moreira, O. Viedma, M. Arianoutsou, T. Curt, N. Koutsias, E. Rigolot, A. Barbati, P. Corona, P. Vaz, G. Xanthopoulos, et al. (2012) Landscape - wildfire interactions in southern Europe: Implications for landscape management.

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Anexos

Quadro 5: N.º empresas por sector de atividade/Fonte: PORDATA

Territórios		Sector de atividade económica																	
		2015																	
Âmbito Geográfico		Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extractivas	Indústrias transformadoras	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água (...)	Construção	Comércio por grosso e a retalho (...)	Transporte e armazenagem	Alojamento, restauração e similares	Atividade de informação e comunicação	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Educação	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
NUTS III	Região de Leiria	34 310	2 062	144	3 057	43	63	3 995	7 817	857	2 165	325	916	3 237	3 850	1 521	1 990	674	1 594
Município	Castanheira de Pera	27 5	24	0	26	0	2	32	84	8	29	2	1	17	23	11	6	3	7
Município	Figueiró dos Vinhos	60 4	67	0	33	0	0	78	166	25	52	4	9	44	33	20	32	8	33
Município	Pedrogão Grande	39 9	71	0	29	0	1	27	93	14	35	0	10	23	36	8	10	25	17
NUTS III	Região de Coimbra	51 539	5 591	60	2 605	81	48	4 214	9 856	959	3 401	542	843	5 326	6 290	2 731	5 379	1 214	2 399
Município	Góis	40 6	64	0	25	1	0	68	84	12	43	1	5	24	34	7	10	9	19
Município	Pampilhosa da Serra	27 1	36	0	19	6	0	49	54	13	26	0	4	13	7	4	10	14	16
Município	Penela	63 3	87	0	46	1	2	75	135	25	48	4	6	53	55	27	34	17	18
NUTS III	Médio Tejo	22 739	1 648	12	1 549	39	50	2 289	5 436	461	1 976	172	499	1 817	2 376	1 181	1 499	526	1 209
Município	Sertão	1 523	250	0	95	5	6	230	338	50	125	7	32	94	92	55	68	17	59

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Quadro 6: Volume de negócios das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica, 2015

Território	Sectores de atividade económica									
	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias extrativas	Indústrias transformadoras	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Captação, tratamento e distribuição de água (...)	Construção	Comércio por grosso e a retalho (...)	Transporte e armazenagem	Alojamento, restauração e similares
Portugal	331 601 856	6 293 156	970 837	82 048 430	21 119 090	3 273 883	17 953 277	123 744 501	17 730 549	10 117 768
Região de Leiria	9 048 786	291 035	105 100	2 994 140	41 622	54 793	935 971	3 388 425	410 138	188 535
Castanheira de Pera	25 227	1 133	//	9 440	//	,,,	618	7 462	615	1 947
Figueiró dos Vinhos	60 567	10 119	//	7 115	//	//	7 803	26 786	2 048	2 919
Pedrógão Grande	51 064	2 739	//	27 656	//	,,,	818	12 862	1 223	1 448
Região de Coimbra	9 586 907	249 184	9 172	3 412 216	112 802	159 075	541 255	3 551 774	389 884	271 191
Góis	47 243	,,,	//	7 011	,,,	//	12 895	13 551	1 530	1 643
Pampilhosa da Serra	67 960	1 939	//	1 288	47 381	//	3 477	10 393	403	1 282
Penela	103 595	7 928	//	49 958	,,,	,,,	7 306	16 509	3 996	3 158
Médio Tejo	6 182 528	190 412	6 903	1 633 385	268 347	72 951	290 387	2 932 848	252 569	158 710
Sertã	284 304	28 893	//	77 403	16	14 651	22 737	114 045	5 547	11 634

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

*continuação quadro 6

Território	Atividade de Informação e comunicação	Atividades financeiras e de seguros	Atividades imobiliárias	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Administração Pública e defesa (...)	Educação	Atividades de saúde humana e apoio social	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outras atividades de serviços
Portugal	11 394 636	x	4 795 511	10 762 939	10 111 778	x	1 455 969	6 442 785	1 920 416	1 466 332
Região de Leiria	35 502	x	83 212	181 712	123 144	x	37 870	130 333	10 968	36 286
Castanheira de Pêra	'''	x	'''	750	792	x	87	162	6	107
Figueiró dos Vinhos	620	x	117	1 031	392	x	148	964	74	430
Pedrogão Grande	//	x	'''	1 217	520	x	128	348	576	309
Região de Coimbra	109 923	x	41 444	184 215	124 280	x	50 657	293 922	33 177	52 736
Góis	'''	x	17	638	230	x	44	766	540	141
Pampilhosa da Serra	//	x	17	713	28	x	6	111	159	763
Penela	56	x	136	2 315	5 960	x	390	2 501	74	315
Médio Tejo	16 164	x	73 780	76 993	88 434	x	15 490	66 440	16 340	22 374
Sertã	118	x	1 806	2 590	661	x	1 592	1 245	276	1 090

Fonte: PORDATA

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

Quadro 19: Projetos aprovados / Fonte: CCDRC

Designação Entidade Beneficiária	Operação	C.A.E. - Principal do Projecto	Nº de PT	Designação da Operação	Data Estado	Custo Total Aprovado	Elegível Aprovado	Apoio Aprovado	Concelho da ocorrência
TRANSPORTES CRISÓSTOMO LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000061	49410 Transportes rodoviários de mercadorias	1	Reposição da Atividade Empresarial – Transportes Crisóstomo Lda	03/08/2017	49 436,25	49 436,25	42 020,81	Pedrogão Grande
CARLUGO-FABRICA DE MALHAS LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000062	10412 Produção de azeite	1	Reposição da atividade empresarial do lagar do Bolo	07/08/2017	84 800,00	84 800,00	72 080,00	Castanheira de Pera
NOVA TRANSPORTADORA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS, UNIPessoal, LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000063	49410 Transportes rodoviários de mercadorias	1	Reposição da Atividade Empresarial - Nova Transportadora de Figueiró dos Vinhos	16/08/2017	8 429,62	8 429,62	7 165,18	Pedrogão Grande
AMADEU MENDES DE ALMEIDA ABREU	CENTRO-02-0853-FEDER-000064	41200 Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	3	Reposição da Atividade Empresarial – Amadeu Almeida Abreu	17/08/2017	34 961,25	34 961,25	29 717,06	Figueiró dos Vinhos
SELOPNEUS - SOCIEDADE COMERCIAL DE PNEUS LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000065	45320 Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis	1	Reposição da Atividade Empresarial – SELOPNEUS	16/08/2017	77 287,80	77 287,80	65 694,63	Figueiró dos Vinhos
VÁRZEA DA RAPOSA - ECO-TURISMO LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000066	55202 Turismo no espaço rural	1	Reposição da Atividade Empresarial – Forte Raposa	16/08/2017	42 542,82	42 542,82	36 161,40	Figueiró dos Vinhos

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

LIEDEWIJDE GERDINA SCHIEVING	CENTRO-02-0853-FEDER-000067	55202 Turismo no espaço rural	1	Quinta da Fonte Reposição da Atividade Empresarial	17/08/2017	33 103,29	33 103,29	28 137,80	Figueiró dos Vinhos
HELDER BRUNO DA COSTA DANTAS	CENTRO-02-0853-FEDER-000068	43222 Instalação de climatização	1	Reposição da Atividade Empresarial – Helder Dantas (Instalação de climatização)	16/08/2017	1 200,16	1 200,16	1 020,14	Figueiró dos Vinhos
AGÊNCIA FUNERÁRIA JOSÉ CARLOS COELHO, LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000069	96030 Actividades funerárias e conexas	1	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio	17/08/2017	143 978,09	143 978,09	122 381,37	Figueiró dos Vinhos
CARVALHOS - EXPLORAÇÃO DE MADEIRAS, LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000077	02400 Actividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal	6	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio	31/08/2017	724 964,00	724 964,00	616 219,40	Pedrogão Grande
TOMÁS - FLORESTA, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS FLORESTAIS LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000075	02200 Exploração florestal	14	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio	31/08/2017	1 649 790,95	1 547 682,03	1 011 467,48	Castanheira de Pera
MARKUS BOSCH, LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000072	68100 Compra e venda de bens imobiliários	1	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio	28/08/2017	177 639,84	177 639,84	150 993,87	Pedrogão Grande
JUSTO RIGOR ESTUDOS E PROJECTOS LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000074	71120 Actividades de engenharia e técnicas afins	6	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio	31/08/2017	9 401,65	9 401,65	7 991,40	Pedrogão Grande

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

MACOBOLIM - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES, LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000078	46732 Comércio por grosso de materiais de construção (excepto madeira) e equipamento sanitário	5	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio	24/08/2017	79 431,56	70 556,82	59 973,30	Pedrogão Grande
JOÃO MANUEL NUNES FERNANDES	CENTRO-02-0853-FEDER-000079	47810 Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda, de produtos alimentares, bebidas e tabaco	1	Reposição da Atividade Empresarial - João Fernandes		69 323,83	69 323,83	58 925,26	Castanheira de Pera
JOSE PAULO ANTUNES FERNANDES	CENTRO-02-0853-FEDER-000073	02400 Actividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal	1	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio	30/08/2017	65 253,99	40 901,75	34 766,49	Pedrogão Grande
PIETER WILLEM JACOB VAN NUENEN	CENTRO-02-0853-FEDER-000089	55202 - Turismo no espaço rural	1	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio com ...	29/09/2017	77 819,07	77 819,07	66 146,21	Pedrogão Grande
SERRAÇÃO PROGRESSO CASTANHEIRENSE & TRANSPORTES PALIPAULDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000093	16101 - Serração de madeira	31	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio com início	18/10/107	1 921 946,81	1 921 946,81	1 633 654,79	Castanheira de Pera
JOAQUIM COELHO QUARESMA FERREIRA, LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000083	16101 - Serração de madeira	21	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio ...		552 166,22	551 438,04	468 722,33	Figueiró dos Vinhos

As Ajudas Comunitárias e o Desenvolvimento Económico

KAPTAIN HIGIENE GLOBAL, LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000095	47784 Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n.e.	3	Reposição da Atividade Empresarial – Kaptain Higiene Global, Lda.	20/10/2017	22 436,47	22 436,47	19 071,00	Castanheira de Pera
LEONOR BATISTA, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000091	10711 - Panificação	6	Reposição da atividade empresarial atingida pelo incêndio com ...	16/10/2017	55 275,01	55 275,01	46 983,76	Pedrogão Grande
FLORANDANTE - LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000092	46731 - Comércio por grosso de madeira em bruto e de produtos derivados	1	Restabelecimento da capacidade produtiva	18/10/107	232170,96	232170,96	197345,316	Castanheira de Pera
IN BARK SOLUTIONS, S.A.	CENTRO-02-0853-FEDER-000081	16101 - Serração de madeira	4	Reposição da atividade empresarial da IN BARK SOLUTIONS atingida pelo grande incêndio em Pedrogão Grande.	04/09/2017	1 577 279,45	1 577 279,45	751 292,25	Pedrogão Grande
MICHAEL MAYER	CENTRO-02-0853-FEDER-000085	41200 - Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	2	Reposição da Actividade empresarial de Michael Mayer		32 350,94	32 043,66	27 237,11	Pedrogão Grande
LUIS FILIPE RODRIGUES DE CARVALHO	CENTRO-02-0853-FEDER-000082	41200 - Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	2	Reposição da Atividade Empresarial		23 859,00	20 280,15	17 238,13	Pedrogão Grande
ANTÓNIO MANUEL COIMBRA, UNIPESSOAL LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000088	49410 -Transportes rodoviários de mercadorias	1	Reposição da actividade empresarial da firma António Manuel Coimbra, Unipessoal, Lda.	29/09/2017	20 550,00	10 500,00	8 925,00	Figueiró dos Vinhos
TRILHOS DO ZÊZERE - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS LDA	CENTRO-02-0853-FEDER-000103	93293 Organização de actividades de animação turística	1	candidatura	06/11/2017	72 950,83	71 667,00	60916,95	Pedrogão Grande
Totais						7 840 349,86	7 689 065,82	5 642 248,43	

Simbologia

(Fonte: PORDATA)

⊥ - Quebra de Página

... – Confidencial

// - Não aplicável

-- Ausência de Valor

Pre – Valor preliminar

§ - Dado com coeficiente de variação elevado

Pro – Valor provisório

X – Valor não disponível

f – Valor previsto

Rv – Valor revisto

e – Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada

(R) – Dados retificados pela entidade responsável